

**EDUARDO MACHADO VAZQUEZ**

**COOPERAÇÃO NAVAL COM MOÇAMBIQUE:**

instrumento de fomento para parceria estratégica e oportunidade de projeção de poder da expressão militar brasileira.

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia.

Orientador: CMG (RM1-FN) Carlos Antonio Raposo de Vasconcellos.

Rio de Janeiro  
2014

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitido a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG

---

CMG EDUARDO MACHADO VAZQUEZ

Biblioteca General Cordeiro de Farias

Vazquez, Eduardo Machado.

Cooperação naval com Moçambique: instrumento de projeção de poder do Brasil e porta de entrada para o Oceano Índico / CMG Eduardo Machado Vazquez. - Rio de Janeiro: ESG, 2014.

79 f.: il.

Orientador: CMG (RM1-FN) Carlos Antonio Raposo de Vasconcellos.

Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), 2014.

1. Projeção de Poder. 2. África. 3. Cooperação Naval. 4. Moçambique. I.Título.

***À minha querida esposa Anna Paula, pelo carinho, paciência e apoio incondicional.  
Aos meus amados filhos Paulo Eduardo, Anna Eduarda e Anna Isabell, pelo amor, alegria e felicidade que me proporcionam diariamente.***

## **AGRADECIMENTOS**

*Ao amigo e companheiro de longa data, CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos, pela confiança, ideias e apoio constante no desenvolver deste trabalho.*

*Ao Cel (Art) Julio Teodorico Nascimento Netto, Adido de Defesa, Naval, Exército e da Aeronáutica em Moçambique, pelo tempo despendido e pelas fundamentais informações que enriqueceram este trabalho.*

*Em especial, meus sinceros agradecimentos ao meu mentor CMG (RM1-FN) Carlos Antonio Raposo de Vasconcellos, pela direção segura e permanente incentivo, principalmente durante os momentos mais trabalhosos, e pelas ideias e orientações que me estimularam na confecção deste trabalho.*

*Ao Corpo Permanente da ESG pelos ensinamentos e orientações que me fizeram refletir e compreender o verdadeiro significado da frase: “Nesta casa estuda-se o destino do Brasil”.*

*Aos companheiros estagiários da Turma CAEPE 2014 “ESG 65 anos pensando o Brasil”, pela interação harmoniosa, pelos estimulantes debates proporcionados e pela conscientização da importância, cada vez maior, em se estudar o Brasil com responsabilidade e seriedade.*

*Por fim, meu agradecimento especial a minha família, esposa e filhos, parceiros, incentivadores e balizadores de minha vida de todas as horas. Com o apoio de vocês, tudo se tornou mais fácil.*

A oportunidade nunca é perdida.  
Alguém sempre vai aproveitar as  
que você perdeu.

William Shakespeare

## RESUMO

Esta monografia aborda o tema da cooperação como forma de projeção de poder e influência entre as nações. Propõe uma cooperação naval com Moçambique, como instrumento de fomento para uma parceria estratégica e oportunidade para projeção de poder, com reflexo, em especial, nos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Para tal, analisa a dimensão geoestratégica do espaço marítimo do entorno sul do continente africano, incluindo a Rota do Cabo e o Canal de Moçambique, e a relação desse espaço geográfico com as orientações contidas nos documentos de alto nível da política de defesa. Trata, ainda, sobre a perspectiva recente da política exterior para o continente africano, onde se constata uma aproximação na postura brasileira, passando a adotar uma inserção global mais afirmativa, orientada por uma postura suave e branda, o *soft power* brasileiro, condizente com as nossas tradições históricas da diplomacia. Por fim, discorre sobre a presença das cinco expressões do Poder Nacional brasileiro em Moçambique, destacando a oportunidade para um reforço na inserção da expressão militar, por meio da cooperação naval, com reflexos para as relações diplomáticas entre os dois países e para a indústria de defesa nacional.

Palavras chave: Projeção de Poder. África. Cooperação Naval. Moçambique.

## **ABSTRACT**

This monograph addresses the issue of cooperation as a means of projecting power and influence among the nations. Proposes a naval cooperation with Mozambique, as an instrument for fostering a strategic partnership and opportunity for power projection, as reflected in particular in the countries members of the Community of Portuguese Language Countries (CPLC). It analyzes the geostrategic dimension of maritime space around the south of Africa, including the Cape Route and the Mozambique Channel, and the relationship of that geographical space with the guidance contained in documents of high level of defense policy. It also comes on the latest perspective of foreign policy for Africa, which noted an approximation in the Brazilian position, going to adopt a more assertive global integration, driven by a soft and gentle posture, the Brazilian soft power, consistent with the our historical traditions of diplomacy. Finally, discusses the presence of the five expressions of the Brazilian National Power in Mozambique, highlighting the opportunity to further strengthen the insertion of military expression through the naval cooperation, which is reflected in the diplomatic relations between the two countries and the national defense industry.

Keywords: Power projection. Africa. Naval Cooperation. Mozambique.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Acessos marítimos ao Oceano Índico .....	63
FIGURA 2	Espaço marítimo do meridionalismo .....	64
FIGURA 3	Gondwana: África e Brasil, uma única massa continental.....	65
FIGURA 4	Países africanos visitados pelo ex-Presidente Lula (2002-2010).....	66
FIGURA 5	Países africanos visitados pela Presidente Dilma Rousseff (2011-2013).....	67
FIGURA 6	Embaixadas brasileiras oficialmente abertas ou reativadas na África (2003-2013).....	68
FIGURA 7	Países africanos com embaixadas em Brasília (2012).....	69
FIGURA 8	Países africanos visitados pelo ex-Chanceler Celso Amorim (2002-2010).....	70
FIGURA 9	Países africanos visitados pelo Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota (2011-2013) .....	71
FIGURA 10	O entorno estratégico brasileiro .....	72
FIGURA 11	Espaço marítimo da CPLP .....	73
FIGURA 12	Presença da expressão econômica em Moçambique .....	74
FIGURA 13	Similaridade de biomas do Brasil com Moçambique.....	75
FIGURA 14	Países interiores com fronteira com Moçambique .....	76
FIGURA 15	Sistema ferro-portuário de Moçambique .....	77

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AJB	Águas Jurisdicionais Brasileiras
AJM	Águas Jurisdicionais Moçambicanas
AMRJ	Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro
ASA	Cúpula América do Sul-África (tradução da sigla em inglês)
BNN	Base Naval de Natal
BNS	Base Naval de Salvador
BNVC	Base Naval de Val de Cães
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAAML	Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão
CAV	Controle de Avarias
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMGEPRON	Empresa Gerencial de Projetos Navais
EN	Escola Naval
END	Estratégia Nacional de Defesa
ENH	Empresa Nacional de Hidrocarbonetos
ESG	Escola Superior de Guerra
ETAM	Escola Técnica do Arsenal de Marinha
EUA	Estados Unidos da América
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBAS	Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (tradução da sigla em inglês)
IMO	Organização Marítima Internacional (tradução da sigla em inglês)
IILP	Instituto Internacional de Língua Portuguesa
ISEDEF	Instituto Superior de Estudos de Defesa
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa

MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MGM	Marinha de Guerra de Moçambique
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OM	Organização Militar
ONU	Organização das Nações Unidas
PAED	Plano de Articulação e Equipamento de Defesa
PEPCA	Projeto de Extensão da Plataforma Continental Angolana
PN	Poder Nacional
PNB	Poder Naval Brasileiro
PND	Política Nacional de Defesa
PNM	Poder Naval Moçambicano
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (tradução da sigla em inglês)
SAR	Busca e Salvamento (tradução da sigla em inglês)
UA	União Africana
UE	União Europeia
UL	União Latina
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
ZEE	Zona Exclusiva Econômica
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>DIMENSÃO GEOESTRATÉGICA MARÍTIMA MERIDIONAL</b> .....	17
2.1	IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO OCEANO ÍNDICO .....	17
2.2	COOPERAÇÃO SUL-SUL E A PROJEÇÃO MERIDIONAL DO BRASIL .....	19
2.3	IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA ROTA DO CABO .....	22
2.4	MOÇAMBIQUE E ANGOLA.....	23
<b>3</b>	<b>POLÍTICA EXTERNA E A DEFESA NACIONAL</b> .....	26
3.1	O BRASIL NA ÁFRICA .....	27
3.2	MARCO LEGAL PARA A DEFESA NACIONAL .....	30
<b>4</b>	<b>PROJEÇÃO DE PODER E <i>SOFT POWER</i></b> .....	36
4.1	PROJEÇÃO DO PODER NACIONAL.....	37
4.2	<i>SOFT POWER</i> BRASILEIRO .....	39
<b>5</b>	<b>COOPERAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PROJEÇÃO DE PODER</b> .....	41
5.1	CULTURA - FATOR ATRATIVO DO <i>SOFT POWER</i> .....	41
5.2	COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - OPORTUNIDADE DE COOPERAÇÃO .....	42
<b>6</b>	<b>COOPERAÇÃO BRASIL - MOÇAMBIQUE</b> .....	45
6.1	PODER NACIONAL BRASILEIRO EM MOÇAMBIQUE .....	46
6.2	CONJUNTURA DE MOÇAMBIQUE - BREVES CONSIDERAÇÕES .....	49
6.2.1	Moçambique e o Mar .....	50
6.3	COOPERAÇÃO NAVAL COM MOÇAMBIQUE .....	51
6.3.1	Marinha de duplo uso .....	51
6.3.2	Proposta de cooperação naval com a Marinha de Guerra de Moçambique .....	53
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	56
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	59
	<b>ANEXO A – OCEANO ÍNDICO</b> .....	63
	<b>ANEXO B – MERIDIONALISMO</b> .....	64
	<b>ANEXO C – GONDWANA</b> .....	65
	<b>ANEXO D – POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ÁFRICA</b> .....	66
	<b>ANEXO E – O ENTORNO ESTRATÉGICO (PND)</b> .....	72

<b>ANEXO F – COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA.....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXO G – EMPRESAS BRASILEIRAS NA ÁFRICA .....</b>	<b>74</b>
<b>ANEXO H – MAPA COMPARATIVO DE BIOMAS ENTRE O BRASIL E</b>	
<b>                  MOÇAMBIQUE .....</b>	<b>75</b>
<b>ANEXO I – MAPA POLÍTICO DE MOÇAMBIQUE.....</b>	<b>76</b>
<b>ANEXO J – MAPA DE FERROVIAS E PORTOS DE MOÇAMBIQUE .....</b>	<b>77</b>
<b>ANEXO K – COOPERAÇÃO ABC-MRE COM MOÇAMBIQUE .....</b>	<b>78</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Quem quer que alcance a supremacia marítima no Oceano Índico, será um jogador proeminente no cenário internacional.

Alfred Thayer Mahan<sup>1</sup>.

Após os atentados ocorridos em 11 de setembro de 2001, contra os Estados Unidos da América (EUA), o mundo passou a dar maior atenção às chamadas “novas ameaças”, normalmente identificadas como pirataria, terrorismo e o tráfico ilegal de armas, drogas e pessoas. Os piratas, diante de necessidades que os tempos atuais impõem, partem para suas mais violentas e ameaçadoras práticas.

Nesse contexto, a calma aparentemente reinante nas Águas Jurisdicionais Moçambicanas<sup>2</sup> (BRASIL, 2012b, p. 42) foi abruptamente sacudida no dia 27 de dezembro de 2010, quando as autoridades moçambicanas admitiram, oficialmente, que o barco pesqueiro VEGA 5<sup>3</sup> tinha sido sequestrado por piratas somalis (SIMANGO, 2013, p. 7).

Tal evento constatou a fragilidade da segurança marítima naquelas águas. Pela primeira vez, admitia-se que as atividades ilegais da pirataria, perpetradas na costa oriental da África, em especial nas águas da Somália, estavam migrando para o sudeste africano. O sequestro do barco pesqueiro evidenciou, também, a relativa incapacidade do Poder Naval Moçambicano (PNM) em fazer frente a esse tipo de ameaça, afetando a estabilidade da região<sup>4</sup> (SIMANGO, 2013).

Assim, formulamos para o presente estudo, o seguinte problema: em que medida essa vulnerabilidade se reflete em uma oportunidade de fomento para as relações do Brasil com Moçambique, país limítrofe à região marítima meridional do continente africano, de importância estratégica para o Brasil?

A metodologia utilizada na obtenção das informações para o problema proposto empregou, como Método de Pesquisa, a análise de conteúdo. Vergara (2006) observa que este método refere-se ao estudo de textos e documentos, com o propósito de identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema.

<sup>1</sup> Geoestrategista da US Navy, se notabilizou pelas idéias sobre o pensamento estratégico naval nos primórdios do século XX.

<sup>2</sup> O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) conceitua “Águas Jurisdicionais” (AJ) como sendo o mar territorial (MT), a zona contígua (ZC) e a zona econômica exclusiva (ZEE). Por analogia, usaremos o mesmo conceito para as Águas Jurisdicionais Moçambicanas (AJM).

<sup>3</sup> Barco pesqueiro da empresa moçambicana PESCAMAR, com 24 pessoas a bordo.

<sup>4</sup> O drama dos tripulantes do VEGA 5 terminou setenta e cinco dias depois, quando a marinha indiana, em missão de patrulha no mar da Arábia, recuperou a embarcação e capturou sessenta e um piratas.

A pesquisa bibliográfica, que se caracterizou pela abordagem de cunho eminentemente qualitativa, utilizou livros, revistas, artigos e meios eletrônicos; complementada por entrevistas informais realizadas com pessoas ligadas ao tema em questão.

O Brasil, além de ser um país continental, é um país marítimo por tradição, cuja regionalidade abrange os países da costa ocidental e sul da África. É a nossa natural vocação de projeção marítima no chamado “entorno estratégico” (BRASIL, 2012a, p. 4).

A aproximação do Brasil com os países africanos, no campo da multilateralização e da mundialização da política exterior brasileira, remonta ao período dos governos militares e, recentemente, ganhou maior notoriedade nos governos dos presidentes Luis Inácio Lula da Silva<sup>5</sup> e Dilma Rousseff (2003-2014), e caracterizou-se por uma postura política orientada em uma dupla ação: a expressão da Diplomacia e a da Defesa.

A primeira, no âmbito político, busca intensificar a cooperação com os Estados africanos por meio de intercâmbio comercial e cultural, com destaque para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A segunda, no campo da Defesa, preocupa-se com a valorização e a consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

Dado que não deve existir “vácuo de poder” nas relações entre as nações, observamos que, após o fim da Guerra Fria (1947 a 1989) e a aceleração da Globalização, ocorreu e ocorre uma “corrida para a África”, e o conseqüente incremento da rivalidade por novos mercados consumidores. Com efeito, na última década, a África tornou-se um continente de oportunidades, e vem sendo descrito, na concepção de Carrilho (2001, p. 2), como “a nova fronteira para os que buscam parcerias e mercados”.

O Brasil não pode prescindir de participar desse jogo de poder. Para tal, deve buscar ampliar sua presença nesse tabuleiro, especialmente, com os países membros da CPLP, uma comunidade marítima, formada por países litorâneos e arquipelágicos, tendo o mar como catalisador, “cujos laços históricos e culturais são fatores potencializadores dessa relação” (LEANDRO, 2011, p.12).

Um dos caminhos, segundo o atual Ministro da Defesa, Embaixador Celso

---

<sup>5</sup> Neste estudo, passaremos a adotar a simplificação de: “presidente Lula”.

Amorim, seria a abertura à cooperação nas relações internacionais, refletindo o nosso “poder brando” ou *soft power*<sup>6</sup> (NYE, 2004) na capacidade persuasiva e negociadora do Brasil em relação aos nossos vizinhos, associada a outros atributos como a simpatia e a índole pacífica do povo brasileiro (AMORIM, 2012a).

Nessa vertente, a Política Nacional de Defesa (PND), além de destacar a projeção dos limites do entorno estratégico brasileiro à África<sup>7</sup>, sublinha a importância daquela região, ao ressaltar que uma das diretrizes da política externa brasileira é intensificar a cooperação e o comércio com os países daquele continente, “em especial com os Estados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)” (BRASIL, 2012a, p.6).

No contexto dos países africanos da CPLP, além dos quatro situados na costa ocidental<sup>8</sup>, de igual importância para a geopolítica e geoestratégia brasileiras temos Moçambique, país banhado pelo Oceano Índico, na costa oriental africana.

Entretanto, percebe-se que Moçambique, em que pese ser um país da costa oriental da África, membro da CPLP, foi posto em segundo plano na redação da política de inserção estratégica do Brasil no continente africano, ou do chamado “entorno estratégico”. Essa percepção foi destacada por Celso Amorim, quando afirmou: “penso até que, do ponto de vista estratégico – que excede o meramente geográfico -, Moçambique pode ser visto como um país de interesse direto no Atlântico Sul” (AMORIM, 2014, p. 9).

Historicamente, a Marinha do Brasil (MB), por sua vez, contribui com iniciativas de apoio à política externa no processo de aproximação com países da África, membros ou não da CPLP, por meio de cooperação naval ou técnica, e na realização de exercícios e treinamentos operativos com marinhas e guardas costeiras, o que corrobora com o previsto na PND.

Constatada, portanto, a contemporaneidade e a relevância do assunto para os interesses do Brasil, respondendo ao problema apresentado, formulamos as seguintes hipóteses: primeiramente, uma cooperação naval entre as marinhas do Brasil e Moçambique pode alavancar uma parceria estratégica na área de Defesa,

---

<sup>6</sup> O termo foi usado pela primeira vez por Joseph Nye, que desenvolveu o conceito em seu livro de 2004, *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Optamos por manter a terminologia em inglês utilizada pelo autor, ao invés da tradução “poder brando”, citada no livro e por Celso Amorim.

<sup>7</sup> Segundo a PND, o entorno estratégico extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica.

<sup>8</sup> Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (STP). A CPLP congrega, ainda, Portugal, Moçambique e Timor Leste. Disponível em: <http://www.cplp.org/id-22.aspx>. Acesso em: 24 ago. 2014.

com reflexos para a indústria de defesa nacional, e contribuir para uma continuada inserção e projeção do Brasil no continente africano, em especial com os países de língua portuguesa. Em segundo lugar, por meio da cooperação brasileira para a capacitação e o fortalecimento do PNM, no desempenho de suas atribuições e de ação de presença nas AJM, a Marinha de Guerra de Moçambique (MGM) pode contribuir para a segurança do ambiente marítimo austral do continente africano, de interesse para o Brasil, de forma autônoma e independente.

A fim de atingir esses objetivos simultaneamente, o trabalho apresenta, na seção seguinte, a relevância geoestratégica da região marítima meridional que une os Oceanos Atlântico Sul e Índico, utilizando como marco teórico os fundamentos que caracterizam a cooperação Sul-Sul entre os países das duas regiões. A seção discorrerá sobre a importância marítima da Rota do Cabo e dos dois países de língua portuguesa presentes na região – Angola e Moçambique.

A seguir, abordará a interação e complementaridade entre política externa (diplomacia) e a defesa nacionais, de acordo com o conceito descrito por Raymond Aron (2002), com foco na atuação da política externa afirmativa, em relação ao continente africano, dos dois últimos governos; e a relação desse conceito com os instrumentos legais da Defesa Nacional, recentemente aprovados pelo Congresso Nacional.

Na quarta seção, serão abordados os fundamentos do Poder Nacional (PN), com as respectivas manifestações de suas cinco expressões de poder; e sua relação e aplicabilidade com o conceito de *soft power*, do professor Joseph Nye (2012).

Na quinta seção, será analisado o instrumento da cooperação mútua como oportunidade para projeção de poder, ressaltando as características da cultura e passado histórico comuns, nos países membros da CPLP, como fatores de força para esse fim.

Posteriormente, após uma breve descrição sobre a presença e atuação das expressões do PN brasileiro em Moçambique, da situação conjuntural do país e da sua relação com o mar, será apreciada a oportunidade de uma cooperação naval com Moçambique, utilizando-se do conceito de marinha de “duplo uso” explorado pelo professor Simango (2013, p. 97), com uma proposta de obtenção de diferentes meios navais brasileiros, como instrumentos para fazer frente às ameaças que se manifestaram recentemente nas AJM.

Por fim, a conclusão consolidará os principais aspectos abordados, destacando a importância estratégica da região marítima meridional e a oportunidade que se apresenta para o Brasil, de promover uma parceria estratégica com Moçambique, por meio de uma possível cooperação naval, com reflexos para a indústria de material de defesa e para as relações diplomáticas, no âmbito da CPLP.

## 2 DIMENSÃO GEOESTRATÉGICA MARÍTIMA MERIDIONAL

O mar sempre esteve relacionado com o progresso do Brasil, desde o seu descobrimento. Política Nacional de Defesa (PND).

O acesso ao mar, e a livre circulação de riquezas pelos espaços marítimos, configuram a forma mais ancestral de interação entre os povos.

Ainda nos dias atuais, é por meio dos oceanos que se desenvolvem as trocas mercantis, as comunicações com nações mais longínquas e a maior parcela da atividade econômica internacional. Historicamente, o mar revela-se como o espaço que mais se destaca no desenvolvimento econômico mundial, respondendo atualmente por cerca de 95% do transporte internacional de mercadorias (GROVE, 1990).

As potências emergentes do novo século, dentre elas o Brasil, têm procurado reforçar a cooperação entre países no nível Sul-Sul, buscando estabelecer coalizões e, assim, melhor atuar e contrabalançar a tradicional relação de subordinação do eixo Norte-Sul no plano global.

Nesta seção serão abordados os principais temas que ressaltam a relevância do Oceano Índico como espaço marítimo estratégico; a geopolítica meridional dos novos mecanismos de projeção internacional das quais o Brasil faz parte, BRICS<sup>9</sup> e IBAS<sup>10</sup>; e a relação do País com a região austral do continente africano, especialmente com Angola e Moçambique.

### 2.1 IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO OCEANO ÍNDICO

Saul Cohen, geopolítico americano, diferencia as características de uma região estratégica de uma região geopolítica. A primeira deve ser grande o suficiente e possuir características de modo a poder influenciar o planeta inteiro, visto que a estratégia contemporânea é necessariamente global. Em suas palavras:

A região geoestratégica é a expressão de interrelação de uma grande porção do mundo **em termos de localização**, orientação comercial e ligações culturais ou ideológicas. O **controle das vias de comunicações marítimas** e terrestres é crucial para a unidade das regiões estratégicas. A região geopolítica é uma subdivisão desta. Ela se caracteriza pela contiguidade das unidades geográficas que a compõem e pela complementaridade dos recursos (COHEN, 1964, grifo nosso).

<sup>9</sup> BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

<sup>10</sup> IBAS: Índia, Brasil e África do Sul.

Ainda segundo o autor, existiriam apenas duas regiões geoestratégicas: o mundo marítimo e o mundo continental euroasiático. Ele sugere, no entanto, a formação de uma terceira região geoestratégica: o Oceano Índico, porém com um *status* inferior dos dois anteriores.

Como as regiões geopolíticas originam-se da divisão das regiões geoestratégicas, segundo o geopolítico americano, o mundo marítimo encerraria assim as seguintes entidades geográficas: o mundo americano-britânico e o Caribe, a América do Sul, a Europa marítima e o Maghreb<sup>11</sup>, a Ásia marítima e a Oceania. O mundo continental euroasiático incluiria o *heartland*<sup>12</sup> russo, a Europa oriental e a parte terrestre da Ásia (COHEN, 1964).

Entre estas duas grandes regiões geoestratégicas se fundem as regiões do Oriente Médio e do Sudeste Asiático, ambas de significativa importância econômica no mundo global de hoje e, por coincidência, banhadas pelo Oceano Índico, ou por suas franjas.

Segundo Leandro, essas duas zonas de fraturas cumprem um papel particularmente importante no equilíbrio internacional:

Elas possuem importantes estreitos marítimos e dispõem de importantes recursos minerais e agrícolas, seus destinos econômicos são de vital importância para os EUA e demais potências. Dentro dessa perspectiva, pode-se dizer que **o acesso marítimo a estas zonas** de fratura constitui a disputa geoestratégica central (LEANDRO, 2011, p. 35, grifo nosso).

O Oceano Índico, dessa forma, se reveste de elevada importância geoestratégica, que cresce à medida que as economias asiáticas, particularmente da China e da Índia, se desenvolvem num ritmo acima da média mundial.

Segundo o almirante Henri Labrousse, o Oceano Índico é o “novo coração do mundo e também o lugar geométrico das potências médias em via de desenvolvimento [...] não é uma zona de paz, mas uma zona de paz violenta

<sup>11</sup> Região noroeste da África, composta pelos seguintes países: Marrocos, Sahara Ocidental, Argélia, Tunísia, Mauritânia e a Líbia. Disponível em: <<http://www.britannica.com/bps/search?query=Maghrib&blacklist=356614>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

<sup>12</sup> Mackinder, em sua obra “*The Geographical Pivot of History*”, conceituou o *heartland* como uma vasta região com grande quantidade e diversidade de recursos naturais, que vão das grandes florestas e grandes planícies e estepes do centro da Eurásia, até os ricos campos ucranianos e as grandes reservas petrolíferas do Mar Cáspio. Disponível em: <<http://www.britannica.com/bps/search?query=heartland&blacklist=258553>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

suscetível a conflitos limitados e até mesmo uma guerra” (DELCORE, 1993 apud LEANDRO, 2011, p. 35). Na mesma concepção ideológica, Ortolland (2010) destaca que o Oceano Índico como um espaço marítimo essencialmente meridional, ligando outros mares e oceanos por estreitos e passagens de grande importância estratégica.

Existem nove vias de acesso marítimo ao Oceano Índico: Canal de Suez e o Mar Vermelho, navegando pelo estreito de Bab-el-Mandeb; o estreito de Ormuz, no Golfo Pérsico; o estreito de Málaca, entre a Indonésia e a Malásia; o estreito de Sunda, entre as ilhas Sumatra e Java; o estreito de Lombok<sup>13</sup>, entre as ilhas de Bali e Lombok; o estreito de Torres, entre a Austrália e a Nova Guiné; o estreito de Bass, entre a Tasmânia e a Austrália; o mar da Tasmânia, ao sul da Austrália; e a Rota de Cabo, entre a África do Sul e o continente Antártico, esta, particularmente, unindo dois espaços marítimos de importância estratégica significativa para o Brasil. Os acessos ao Oceano Índico podem ser visualizados na Figura 1, do ANEXO A.

No decorrer do século XXI, o Brasil poderá vir a exercer papel de protagonista como potência meridional. Para tal, faz-se necessário garantir a segurança de seus interesses econômicos e marítimos no Hemisfério Sul e fortalecer a projeção de seus interesses na região marítima meridional, procurando fomentar parcerias estratégicas multilaterais, principalmente com a Índia, África do Sul e os países da CPLP e do eixo Sul-Sul, conforme será analisado na próxima seção.

## 2.2 COOPERAÇÃO SUL-SUL E A PROJEÇÃO MERIDIONAL DO BRASIL

Segundo o geógrafo brasileiro André Roberto Martin, nenhuma potência consegue se afirmar sem uma ideologia definidora de sua posição no mundo. As duas ideologias geopolíticas hoje dominantes, o ocidentalismo e o eurasiatismo, expressam visões do mundo a partir do Norte. Martin defende a opção do Brasil pelo “meridionalismo”, que ele define como “uma maneira de entender os problemas do mundo com os olhos do Sul” (MARTIN, 1993).

---

<sup>13</sup> O estreito de Lombok é mais profundo que o estreito de Málaca, e por isso é usado por navios de grande calado. Sua menor largura é de 18 km, ao sul, tendo na parte norte cerca de 40 km. O comprimento total é de cerca de 60 km.  
Disponível em: <<http://dicionario.sensagent.com/estreiro%20de%20lombok/pt-pt/>>. Acesso em: 24 ago 2014.

A ideia do “meridionalismo”<sup>14</sup>, nesse sentido, parece se mostrar a mais adequada aos interesses brasileiros nos novos tempos globais, de modo a promover e impulsionar a cooperação Sul-Sul de forma mais abrangente, pragmática e permanente. Segundo o autor da proposta:

O meridionalismo corresponde, no plano da ideologia, à aceitação da condição de meridionalidade e sua utilização como trunfo no contexto internacional global. Se é natural que os fracos se unam e os fortes se dividam, então, a despeito de todas as desvantagens do Sul em relação ao Norte, existe ao menos uma vantagem estratégica no sentido oposto, isto é, precisamente **o fato de não se encontrarem no Sul tensões suficientes a ponto de impossibilitar a cooperação hemisférica e o exercício da solidariedade internacional no seu relacionamento** viv-à-vis com cada um dos grandes blocos do setentrião (MARTIN, 1993, p. 117, grifo nosso).

Recentemente, no âmbito dessa cooperação Sul-Sul, surgiram coalizões entre as potências emergentes. A mais conhecida, que atua no âmbito da grande política mundial, é o BRICS. Esta sigla não foi criada pelos países membros, mas acabou sendo por eles apropriada com o advento dos efeitos globais da crise financeira de 2008. A partir de então, foi possível a institucionalização do grupo e sua rápida evolução como mecanismo de coordenação das relações e políticas internacionais de seus membros.

O fortalecimento do grupo ocorreu com a inclusão da África do Sul, em 2010, com a conseqüente ligação entre duas regiões geopolíticas distintas, eurásiana e sul-atlântica, e a junção dos Oceanos Atlântico Sul e Índico.

Para o Brasil, na concepção de Visentini (2013), o BRICS representa a formalização de uma estratégia que, mesmo antes do surgimento do grupo, já estava implícita nos objetivos da política externa brasileira. A orientação contida na PND (2012a) expressa que a política externa, conjugada com a política de defesa, deve procurar interagir e contribuir na formação de novos paradigmas de governança global (multilateral), buscar um novo equilíbrio de poder no mundo (multipolar) e construir um entorno regional seguro, próspero e estável no sul de cada continente (África e América do Sul):

[...] 4.3. Entre os fatores que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico destacam-se: o fortalecimento do processo de integração, a partir do MERCOSUL e da União de Nações Sul-Americanas; [...] **a intensificação da cooperação e do comércio com países da África**, [...] facilitada pelos laços étnicos e culturais; [...] a

---

<sup>14</sup> O espaço marítimo que envolve o conceito de “Meridionalismo” consta da Figura 2, do ANEXO B.

consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul e o diálogo continuado nas mesas de interação interregionais, como a cúpula América do Sul-África (ASA) e o **Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS)**.

[...]

5.11. [...] Ao lado disso, o País acompanha as mudanças e variações do cenário político e econômico internacional e **não deixa de explorar o potencial de novas associações**, tais como as que mantém com os demais membros do **BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)** (BRASIL, 2012a, grifo nosso).

Por sua vez, o IBAS, criado em 2003 por Índia, Brasil e África do Sul<sup>15</sup>, tem seu foco na cooperação Sul-Sul e no surgimento de um novo espaço geopolítico, econômico, meridional e oceânico. Constitui um mecanismo de coordenação entre três países emergentes, com democracias multiétnicas e multiculturais, com o propósito de contribuir para a construção de uma nova arquitetura internacional, unidos na defesa da inserção internacional em temas globais e a aprofundar seu relacionamento mútuo em diferentes áreas: promover a cooperação trilateral, a liberalização comercial recíproca e a unificação e fortalecimento de posições comuns nos foros multilaterais (VISENTINI, 2013).

O IBAS, em conjunto com o BRICS, são, portanto, agentes de um processo de amalgamento real da cooperação Sul-Sul que visam permitir a consolidação de novos mecanismos de projeção internacional para o Brasil. Destaca Visentini (2013, p. 116) que essas iniciativas relacionam-se como contribuições “em prol do multipolarismo e da multilateralização, num momento em que os países do Sul necessitavam mobilizar-se em defesa de seus interesses e para alterar pontos importantes da agenda mundial”.

Comparado ao BRICS, o IBAS representa um diferente mecanismo de cooperação Sul-Sul. Como indicou Francis Kornegay “o IBAS é para a cooperação Sul-Sul, e o BRICS para as potências emergentes, há uma grande diferença entre as duas plataformas em termos de sua utilidade estratégica”. Para tal autor, existe uma diferença qualitativa entre os dois grupos:

De uma perspectiva trilateral Indo-Brasileira-Sul-Africana, a lógica geoestratégica do IBAS é clara e cristalina, **o propósito de criar uma ligação marítima ‘Gondwana’<sup>16</sup> entre o Atlântico e o Oceano Índico** [...].

<sup>15</sup> A ideia do IBAS surgiu a partir de proposta do presidente Mbeki, da África do Sul, para o presidente Lula, em janeiro de 2003. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/artigos-relevantes/artigo-a-alianca-india-brasil-afrika-do-sul-valor-economico-15-de-setembro-de-2006>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

<sup>16</sup> Referência ao megacontinente que, no passado, reunia a América do Sul, a África e a Índia. Pode ser visualizado na Figura 3, do ANEXO C.

O BRICS não possui lógica geoestratégica. Ou melhor, ele combina duas lógicas geoestratégicas, isto é, a lógica hemisférica marítima meridional do IBAS, de um lado, e os imperativos geoestratégicos centro-eurasianos da Rússia-China-Índia de outro (KORNEGAY apud VISENTINI, 2013, p. 136, grifo nosso).

Visentini (2013, p. 138-139), ressalta a crescente importância do Oceano Índico como espaço geoeconômico, onde os integrantes do IBAS buscam reforçar o desenvolvimento econômico entre seus distintos espaços regionais, por meio do caráter complementar de suas indústrias, serviços, comércio e tecnologia. Nesse contexto, o fortalecimento desse mecanismo de cooperação deverá se refletir na segurança e na importância estratégica, para os três países, da rota marítima que passa ao sul do continente africano: a Rota do Cabo. Para o Brasil, esse espaço marítimo se percebe como fundamental na preservação dos interesses políticos com o continente africano, como veremos adiante.

### 2.3 IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA ROTA DO CABO

Historicamente, a Rota do Cabo, que une dois diferentes espaços marítimos, foi a primeira via de ligação do Oceano Atlântico ao Oceano Índico. Bartolomeu Dias se tornou o primeiro português a contornar e regressar com segurança o Cabo da Boa Esperança<sup>17</sup>, em 1488. Era, até então, a única rota marítima que ligava o Ocidente ao Oriente.

Com a construção do canal de Suez, em 1869, esse espaço marítimo se tornou de menor importância estratégica. Embora a Rota do Cabo seja um caminho mais longo em comparação com o canal de Suez, o que se observa é sua utilização cada vez maior, devido, principalmente, ao incremento das relações comerciais entre a América do Sul, a África e a Ásia, além da importância como via marítima para os superpetroleiros, oriundos do Oriente Médio e com destino ao Ocidente, que não operam pelo canal de Suez. Contribuem para esse fato estratégico relevante, as recentes descobertas de recursos energéticos nos dois oceanos, com possibilidade de exploração de novas jazidas de gás e petróleo, o que sempre remete ao problema da segurança marítima. Daí a importância estratégica do efetivo exercício da soberania sobre as águas territoriais dos países limítrofes, a manutenção da segurança dos oceanos para a livre navegação do tráfego marítimo e o bloqueio de

---

<sup>17</sup> Conhecido, também, como Cabo das Tormentas.

qualquer iniciativa de militarização desses espaços marítimos por potências extrarregionais.

Todos esses aspectos levam à reflexão que, provavelmente, a região marítima articulada pelo IBAS se tornará um espaço geoestratégico de máxima importância, onde a Rota do Cabo desempenhará um papel de especial relevância estratégica como via de comunicação, unindo dois espaços marítimos contínuos, no contexto de cooperação Sul-Sul entre os três países.

Sobre a segurança das linhas de comunicações marítimas, a PND expressa claramente sua preocupação nesse aspecto:

7.5. O País deve dispor de meios com capacidade de exercer vigilância, controle e defesa: das águas jurisdicionais brasileiras; do seu território e do seu espaço aéreo, incluídas as áreas continental e marítima. **Deve, ainda, manter a segurança das linhas de comunicações marítimas** e das linhas de navegação aérea, **especialmente no Atlântico Sul** (BRASIL, 2012a, p. 8, grifo nosso).

O LBDN reforça essa preocupação, ressaltando que “a proteção das linhas de comunicação e rotas de comércio com a África tem significado estratégico para o País” (BRASIL, 2012b, p. 51).

O Brasil tem grandes interesses nessa região marítima meridional, que, indubitavelmente, crescerá ainda mais de importância com o desenvolvimento de nossa economia e, conseqüentemente, com a nossa elevação ao *status de global player*.

Assim, o País não pode prescindir de sua inserção ativa nesse espaço marítimo e deve procurar parceiros estratégicos para facultar sua presença, de forma independente, naquelas águas. Há necessidade de se garantir a segurança desses interesses, e para isso, o apoio e parcerias com os países da CPLP, lindeiros àquela região, são fundamentais.

## 2.4 MOÇAMBIQUE E ANGOLA

Para o Brasil, a Rota do Cabo representa um espaço estratégico de significativa importância. É o caminho natural de acesso ao espaço meridional que une a parte sul do Oceano Atlântico ao Índico e, conseqüentemente, aos mercados asiáticos, do Oriente Médio e da Oceania.

Angola e Moçambique, dois países de língua portuguesa, membros da CPLP

e de tradição histórica e cultural com o Brasil, encontram-se em posições estratégicas relevantes em relação ao extremo sul do continente africano, principalmente Moçambique, devido à menor distância: de Luanda (Angola) até o sul do continente são aproximadamente 1500 milhas náuticas<sup>18</sup> (cerca de 2800 km); e de Maputo (Moçambique), cerca de 500 milhas náuticas (aproximadamente 900 km).

Segundo Leandro (2011), a existência de bases navais, ou de facilidades portuárias de apoio nesses dois países, posicionados geoestrategicamente em cada costa do continente africano, proporcionaria o Brasil, em caso de necessidade, um eficiente controle sobre a Rota do Cabo, sem recorrer a interveniência da África do Sul, país também de boas relações com o Brasil.

A importância estratégica de Angola e Moçambique crescerá com o recente anúncio, pela Zâmbia, do início de um grande projeto ferroviário de ligação entre eles. A zona austral do continente passará a ter uma linha ferroviária ligando o Oceano Atlântico (Angola) ao Índico (Moçambique). O objetivo é abrir um corredor direto até Lobito (Angola), para permitir que a Zâmbia, um país interior e sem saída direta para o mar, importe produtos como o petróleo, diretamente de Angola (ANGOLA, 2014.)

Nesse sentido, percebemos que a região austral africana, e seu entorno marítimo, porta de entrada para o Oceano Índico, se destaca como região geoestratégica de interesse para o Brasil. Nossa relação de cooperação Sul-Sul aponta para aquela direção e o País, harmonizando sua política externa e seus interesses de defesa, não pode ficar passivo, sem promover iniciativas que permitam uma inserção mais ativa naquele espaço meridional.

A parceria entre o Brasil e Angola, celebrada em 2011, deu início ao Projeto de Extensão da Plataforma Continental Angolana (PEPCA), concluído em 2012, cujo Relatório de Submissão à ONU foi apresentado por Angola em 2013. A cooperação entre os dois países é histórica e continuada, e já aponta para uma expansão no setor de Defesa<sup>19</sup>, com a recente declaração conjunta dos Ministros da Defesa dos dois países, fruto da reunião de trabalho ocorrida em cinco de agosto de 2014, em Brasília, mas que, entretanto, não será objeto desse estudo.

---

<sup>18</sup> Uma milha náutica corresponde a cerca de 1.852 m.

<sup>19</sup> Declaração Conjunta dos Ministros da Defesa da República Federativa do Brasil e da República de Angola, assinada em 5 de agosto de 2014. Disponível em: <[http://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/mes08/comunicado\\_conjunto\\_brasil\\_angola\\_5\\_agosto\\_2014.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/mes08/comunicado_conjunto_brasil_angola_5_agosto_2014.pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2014.

No caso específico de Moçambique, ao contrário, em que pese as iniciativas existentes, o empreendimento de uma cooperação naval mais efetiva e abrangente com a MGM deverá proporcionar, à MB e ao nosso país, uma porta de entrada para a presença e a projeção de poder numa região que, seguramente, será de importância vital para os nossos interesses num futuro não muito distante.

### 3 POLÍTICA EXTERNA E A DEFESA NACIONAL

Tanto a estratégia quanto a diplomacia estão subordinadas à política.

Raymond Aron.

Segundo o Art. 4º da Constituição da República Federativa do Brasil (CF), de 1988, o país rege as suas relações internacionais pelos princípios de independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo, e buscará, fundamentalmente, a cooperação entre os povos, com o fito supremo do progresso da humanidade (BRASIL, 1988).

A lei maior, portanto, define os princípios de convivência pacífica entre os povos. Entretanto, uma postura pacífica não pressupõe um Estado que não possa interagir na busca de maior prestígio político no concerto das nações, na defesa de seus interesses, e no atendimento das necessidades, vontades e aspirações para o bem comum da sociedade brasileira. Portanto, a CF indica, nos pressupostos que estabelecem as relações internacionais brasileiras, uma predominância dos meios diplomáticos para a solução dos conflitos<sup>20</sup> (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2014, p. 58).

Tal concepção ganha força quando observamos a afirmação do ministro Celso Amorim, ao comentar que no Brasil, a “habilidade de homens como o Barão do Rio Branco, somada ao próprio peso específico do país na América do Sul, assegurou que o desafio da Segurança fosse enfrentado pela negociação e o uso do recurso de meios pacíficos” (AMORIN, 2012a, p. 7).

Em outra perspectiva, observamos que, historicamente, a cultura política brasileira construiu a imagem do “gigante adormecido” e do “país do futuro”, que convivia com uma condição dependente e periférica no sistema mundial, uma economia atrasada e um complexo de inferioridade diante das “nações desenvolvidas” (VISENTINI, 2013, p. ix).

Sob os efeitos do fim da bipolaridade e da globalização no final do século XX, o país passou a valorizar o ambiente regional sul-americano, africano e multilateral, com a política externa voltando-se para a busca de novos espaços e

---

<sup>20</sup> Podemos entender conflito, sociologicamente, como um choque de interesses de qualquer natureza. Entretanto, quando o conflito se agrava, atinge um estado de tensão denominado crise.

parceiros, seguindo as tendências naturais que foram surgindo em relação à mundialização e à multilateralização.

Nesse contexto, já no início do século XXI, o que se observa é o “despertar do gigante”, onde a projeção internacional do Brasil busca alcançar uma posição de maior destaque, como membro dos BRICS, do G-20 financeiro<sup>21</sup> (BRASIL, 2012b, p. 259), do IBAS, país pivô do MERCOSUL e da UNASUL, com uma economia que atingiu a oitava posição mundial, bem como no pleito para um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Tal situação não ocorreu por graça. Segundo Paulo Visentini (2013, p. xi), derivou da “oportunidade aproveitada pela diplomacia brasileira na fase da crise de hegemonia no sistema mundial, e que se estende até a atualidade”.

Com base nessa perspectiva, abordaremos nos próximos tópicos o despertar da política externa brasileira para uma efetiva cooperação Sul-Sul, em particular nos governos dos presidentes Lula e Dilma Rousseff, com o fortalecimento da presença brasileira na África e a abertura de novas oportunidades para projeção de poder no ambiente cooperativo meridional.

### 3.1 O BRASIL NA ÁFRICA

A política externa brasileira para a África atravessou diferentes fases ao longo de sua história, alternando, conforme os interesses nacionais, momentos de aproximação com outros de quase esquecimento e afastamento.

Segundo Paulo Visentini (2013), durante o governo do presidente Lula<sup>22</sup> (2003-2010), o Brasil retomou um ciclo positivo em sua diplomacia internacional, alcançando notável importância global, política e econômica, com novo dinamismo econômico e vínculos em todos os continentes, “contrastando com a ideia de baixa autoestima e a posição de país atrasado em relação às nações ricas, dos governos Collor e Cardoso” (VISENTINI, 2013, p. 113). Segue afirmando que, nesse período,

---

<sup>21</sup> Segundo o LBDN, o G-20 foi estabelecido em 1999 com o objetivo de reunir países desenvolvidos e países em desenvolvimento, com propósito de intensificação da coordenação e da troca de informações sobre as gestões macroeconômicas, com objetivo de promover uma economia internacional mais estável e previsível.

<sup>22</sup> Total de viagens e visitas a países africanos realizadas pelo ex-presidente Lula (2002-2010): 23 viagens e 28 visitas, conforme apresentado na Figura 4, do ANEXO D.

o que se viu foi uma diplomacia, sob a chefia do embaixador Celso Amorim<sup>23</sup> junto ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), “dotada de sentido tático-estratégico, de visão de longo alcance, e um presidente que se revelou uma liderança carismática de nível mundial” (VISENTINI, 2013, p. 112).

Para a concretização da nova estratégia diplomática, as relações internacionais do governo Lula foram dotadas de três dimensões: uma diplomática econômica, outra política e um programa social. Analisando a diplomacia política, percebe-se que representou uma renovação, nas palavras de Paulo Visentini:

[...] um campo de reafirmação dos interesses nacionais e de um verdadeiro protagonismo nas relações internacionais, com a intenção real de desenvolver uma diplomacia ativa e afirmativa, encerrando uma fase de estagnação e esvaziamento. O governo Lula devolveu ao Itamaraty a posição estratégica que anteriormente ocupara na formulação e execução da política exterior do Brasil (VISENTINI, 2013, p. 112).

Nesse período, aproveitaram-se as brechas existentes no sistema internacional, aprofundadas pelas “incertezas” ou “novas ameaças”<sup>24</sup> (DOMINGUES NETO, 2012, p. 5) após o 11 de setembro de 2001; e a influência internacional do país se projetou e ocupou novos espaços, importantes para ampliar as exportações de bens e serviços e para a expansão da ação de empresas multinacionais brasileiras no exterior (VISENTINI, 2013, p. 117).

Em um contexto mais específico, a aproximação do Brasil com os países africanos, no campo da multilateralização e da mundialização, caracterizou-se por uma postura política afirmativa orientada em uma dupla ação: a expressão da Diplomacia e da Defesa (LUIS, 2012, p. 169). A primeira buscou intensificar a cooperação com os Estados africanos por meio de intercâmbio comercial e cultural, com destaque para a CPLP. A segunda, no âmbito da Defesa, com a retomada de discussões em torno da ZOPACAS e a proposta de uma ampla cooperação e integração com os países do nosso entorno estratégico. Segundo o ministro Celso Amorim:

O entorno geopolítico imediato do Brasil é constituído pela América do Sul e pelo Atlântico Sul, chegando à costa ocidental da África. Devemos construir com essas regiões um verdadeiro “**cinturão de boa vontade**”, que garanta a nossa segurança e nos permita prosseguir sem embaraços no caminho do desenvolvimento (AMORIM, 2012a, p. 8, grifo nosso).

<sup>23</sup> Celso Amorim voltou a chefiar o MRE, após ter desempenhado a função no Governo Itamar Franco (1993 a 1995). Durante o período de 1995 a 1999, no governo FHC, foi o chefe da Missão Permanente do Brasil nas Nações Unidas.

<sup>24</sup> Segundo Manuel Domingues Neto, presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, o termo “incerteza”, largamente utilizado em estudos estratégicos, foi substituído pela expressão “novas ameaças, seguindo-se o pensamento estratégico norte-americano.

Na visão de Mawakdiye, esse repentino interesse do Brasil pelo continente africano tem motivo:

Está no cerne dessa ofensiva o desejo cada vez mais explícito de reverter uma histórica dificuldade do Brasil para vender no mercado internacional alguma coisa além de grão, minérios e artigos industriais semi-acabados ou de baixo conteúdo tecnológico, que ainda perfazem três quartos das exportações nacionais (MAWAKDIYE, 2008, p. 9).

Na vertente da observação de Mawakdiye, podemos entender a mudança de postura dos tomadores de decisão de alto nível do país, que planejaram, por meio da inserção da política externa brasileira, uma participação mais ativa na geopolítica africana, frente às potências mundiais, e uma maior contribuição para o equilíbrio de poder na ordem internacional.

Com a posse da presidente Dilma Rousseff<sup>25</sup>, em janeiro de 2011, ocorreu a continuidade da direção da política externa, qual seja: a diversificação das relações exteriores e a ampliação da autonomia internacional; e manteve-se a mesma orientação nas relações com a África.

Para o MRE foi nomeado o embaixador Antônio Patriota, que era Secretário-Geral do Itamaraty na gestão Celso Amorim, no governo Lula; e para a pasta do Ministério da Defesa (MD) assumiu o embaixador Celso Amorim (VISENTINI, 2013, p. 126), caracterizando assim, uma relativa continuidade e maior integração entre Diplomacia e Defesa.

No período de 2003-2013 foram abertas 20 embaixadas no continente africano, sendo que, atualmente, o país possui um total de 37 embaixadas na África e dois Consulados-Gerais. Da mesma forma, em 2012 já existiam 34 países africanos com embaixadas em Brasília<sup>26</sup> (JORGE, 2014).

No período de 2002-2010, o ex-chanceler Celso Amorim visitou 33 países africanos, num total de 69 visitas realizadas ao continente. Da mesma forma, o Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota, no período 2011-2013, realizou 17 visitas a países africanos<sup>27</sup>. Por reciprocidade, no período de 2003-2010, ocorreram visitas protocolares de 28 Chefes de Estado e de Governo africanos ao Brasil, num total de 48 visitas realizadas.

Dessa forma, percebemos que, em curto espaço de tempo, o Brasil ampliou

---

<sup>25</sup> Total de visitas a países africanos realizadas pela presidente Dilma Rousseff (2011-2013): 07 visitas, conforme apresentado na Figura 5, do ANEXO D.

<sup>26</sup> Conforme apresentado nas Figuras 6 e 7, do ANEXO D.

<sup>27</sup> Conforme apresentado nas Figuras 8 e 9, do ANEXO D.

significativamente a projeção de seus interesses no continente africano, adotando a postura de nação influente entre os países em desenvolvimento, priorizando as relações internacionais na busca por parcerias, com o objetivo de obter ganhos mútuos em diferentes áreas da política externa.

A continuidade dessa política afirmativa permanece nos dias atuais, com a ideia de assegurar uma maior complementaridade entre a Diplomacia e a Defesa Nacionais, o que reforça a projeção do Brasil no contexto africano.

Por fim, observamos que a interação entre a Diplomacia e a Defesa foi fortalecida em sua legitimidade com a conclusão e a divulgação dos três marcos condicionantes para a Defesa Nacional. Na próxima seção abordaremos as diretrizes desses documentos na relação do País com o entorno estratégico brasileiro, o desenvolvimento das relações de cooperação com os países integrantes da CPLP e a perspectiva de projeção do Brasil na cooperação Sul-Sul, junto ao espaço marítimo do Oceano Índico.

### 3.2 MARCO LEGAL PARA A DEFESA NACIONAL

A Defesa Nacional é responsável pela manutenção dos mais altos valores da nação, assim como a garantia de sua própria existência e de suas instituições.

No contexto das relações internacionais, Raymond Aron enumera que os dois principais meios para se atingir a segurança são a Defesa (ou Estratégia) e a Diplomacia. Estes elementos são os instrumentos para projeção dos interesses de uma nação e estão, permanentemente, subordinados à Política:

**Tanto a estratégia quanto a diplomacia estão subordinadas à política**, isto é, à concepção que a coletividade, ou aqueles que assumem a responsabilidade pela vida coletiva, fazem do "interesse nacional". Em tempo de paz, a política se utiliza de meios diplomáticos, sem excluir o recurso às armas, pelo menos a título de ameaça. Durante a guerra, a política não afasta a diplomacia, que continua a conduzir o relacionamento com os aliados e os neutros. [...] Neste sentido, a diplomacia pode ser definida como a arte de vencer sem usar a força, e a estratégia como a arte de vencer de um modo mais direto. [...] A distinção entre diplomacia e estratégia é relativa. Os dois termos denotam aspectos complementares da arte única da política - a arte de dirigir o intercâmbio com os outros Estados em benefício do "interesse nacional" (ARON, 2002, p. 72-73, grifo nosso).

Esse conceito de subordinação à Política, pregado por Raymond Aron, se materializou, na vertente da legalidade e legitimidade originárias da sociedade

brasileira, quando foram aprovados, em 2013, pelo Congresso Nacional, os principais documentos elaborados no nível político que tratam dos assuntos na área de Defesa do país: a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) (BRASIL, 2013).

Estes documentos fundamentam os anseios da sociedade brasileira e são de extrema relevância para o Estado brasileiro, pois, segundo Elia:

Pela primeira vez os problemas de defesa são postos, em patamar formal, como sendo **questão atinente a todos os segmentos da sociedade brasileira**. Assim, a estratégia de defesa passa a ser definida, oficialmente, como matéria sob responsabilidade de todos, não mais a cargo apenas dos militares (ELIA, 2010, p. 39, grifo nosso).

O almirante Mauro Cesar Rodrigues Pereira, ex-ministro da Marinha, já chamava a atenção para o fato do distanciamento da sociedade em relação aos assuntos de Defesa, conclamando os jovens brasileiros a se preocuparem com o tema:

É tempo de a sociedade brasileira amadurecer para reconhecer a importância da Defesa Nacional. Tal amadurecimento não pode ser mais lento, embora dificultado pela insuficiência do nível educacional médio, o que aumenta a responsabilidades de liderança por parte das elites intelectuais formadas nos estudos superiores, nas pesquisas e na análise dos ambientes nacional e internacional (PEREIRA, 2010, p. 24).

Na visão do ex-ministro, podemos observar notáveis progressos nas últimas décadas, com o surgimento de núcleos de estudos estratégicos ou de defesa em diversas universidades, com o aumento do número de debates sobre esse tema, e “com o maior envolvimento, embora ainda modesto, da imprensa e da classe política e com iniciativas governamentais pioneiras (registrem-se a Política de Defesa Nacional de 1996, revista em 2005, e a Estratégia Nacional de Defesa de 2008)” (PEREIRA, 2010, p. 25).

É responsabilidade pétrea da sociedade, por meio da Política, atender suas necessidades, interesses e aspirações, estabelecer os objetivos nacionais e, nestes apoiada, compor uma ordem social justa em busca do bem comum. Cabe também à Política congregar vontades em torno de objetivos, buscar consensos, destinar meios para os diferentes setores do Estado e definir orientações para os mesmos, em função de um Projeto Nacional. Portanto, a Política é entendida como “a arte de fixar objetivos e orientar o emprego dos meios necessários à sua conquista”

(ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2014, p. 50).

Dessa forma, a revisada PND<sup>28</sup>, como documento condicionante de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional, estabelece os Objetivos Nacionais na área da defesa.

Voltada essencialmente para ameaças externas, define objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional. Destaca a aderência à política externa brasileira, que possui como premissas, a solução pacífica das controvérsias, o fortalecimento da paz e da segurança internacionais, o reforço do multilateralismo e a integração sul-americana. Em síntese, a Política Nacional de Defesa conjuga componentes cooperativos e dissuasórios.

A redação da PND apresenta como ambiente regional a América do Sul, e define um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica, destacando que o Brasil possui uma natural vocação marítima, respaldada pelo seu extenso litoral e pela importância estratégica do Atlântico Sul<sup>29</sup>. Entretanto, atribui, ao Brasil, prioridade aos países da África, em especial da África Ocidental, e, também, aos países de língua portuguesa no âmbito da intensificação da cooperação com a CPLP: “integrada por oito países distribuídos por quatro continentes e unidos pelos denominadores comuns da história, da cultura e da língua, constitui outro fator relevante das nossas relações exteriores” (BRASIL, 2012a, p. 6).

Aqui uma particularidade importante. Quando a PND define que a cooperação com os países da CPLP constitui fator relevante, inclui os países africanos do entorno estratégico, ou seja, os limítrofes da costa ocidental do continente, mas também os Estados fora desse entorno imediato, neste caso, Moçambique e Timor Leste e, sob uma perspectiva diferente, o próprio Portugal.

O documento aponta, ainda, a necessidade da manutenção da segurança das linhas de comunicações marítimas e da preservação da soberania e dos interesses nacionais, destacando alguns Objetivos Nacionais de Defesa:

[...]

II – defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos

<sup>28</sup> A Política de Defesa Nacional (PDN), de 1996 e revista em 2005, foi revisada em 2012 e tornou-se Política Nacional de Defesa (PND), sendo aprovada em 2013 pelo Congresso Nacional. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2013/decretolegislativo-373-25-setembro-2013-777085-publicacaooriginal-141221-pl.html>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

<sup>29</sup> A área marítima do entorno estratégico brasileiro pode ser visualizado na Figura 10, do ANEXO E.

brasileiros no exterior;

[...]

VI – intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais;

[...]

VIII – conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País; [...] (BRASIL, 2012a, p. 7).

Como a Política orienta o Estado no sentido de “o que fazer”, definindo e fixando os objetivos; a estratégia estabelece o “como fazer” para alcançar esses objetivos. Na definição da Escola Superior de Guerra, a “Estratégia Nacional é a arte de preparar e de aplicar o Poder Nacional para, superando os óbices, alcançar e preservar os Objetivos Nacionais, de acordo com a orientação estabelecida pela Política Nacional” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2014, p. 62).

Coadunando com esse conceito, a END descreve as ações estratégicas que irão orientar a sua implementação e trata das questões políticas e institucionais decisivas para a defesa do País: os objetivos da sua “grande estratégia” e os meios para fazer com que a nação participe da defesa.

A END reafirma a tradição e vocação brasileiras para a convivência harmônica, tanto interna como externa, como parte da identidade nacional e de um valor a ser conservado pelo povo brasileiro, e destaca o laço indissolúvel entre estratégia de defesa e estratégia de desenvolvimento:

**Estratégia nacional de defesa é inseparável de estratégia nacional de desenvolvimento.** Esta motiva aquela. Aquela fornece escudo para esta. Cada uma reforça as razões da outra. Em ambas, se desperta para a nacionalidade e constrói-se a Nação (BRASIL, 2012c, p. 1, grifo nosso).

Sendo assim, destacamos as ações estratégicas contidas na END, de “inserção e projeção internacional” do Brasil, de interesse ao presente estudo:

Incrementar o apoio à participação brasileira no cenário internacional, mediante a atuação do Ministério da Defesa e demais ministérios, dentre outros:

[...]

- em ações que promovam a ampliação da projeção do País no concerto mundial e reafirmar o seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos;

[...]

- e na consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), e o **incremento na interação inter-regionais, como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)**, a cúpula América do Sul-África (ASA) e o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) (BRASIL, 2012c, p. 36-37, grifo nosso).

O LBDN alia-se à PND e a END como a tríade dos instrumentos públicos de divulgação das atividades de defesa do Brasil. Possui a particularidade de divulgar, em linguagem simples e objetiva, informações sobre a Defesa Nacional e, assim, promover o debate com diversos segmentos da sociedade sobre esse setor, prática que se observa nas grandes democracias (BRASIL, 2013).

No documento é apresentado o "contexto do atual ambiente estratégico internacional, descrevendo o instrumento militar existente, seu relacionamento com a sociedade, futuras projeções para adequação e modernização dos meios militares e estreita ligação com a indústria de defesa" (BRASIL, 2012b).

A ampla divulgação do LBDN, e a maneira clara com que seus capítulos procuraram expressar os objetivos de defesa do Estado brasileiro, constituem medidas de confiança mútua. Ao compartilhar as percepções e interesses nacionais no campo da defesa, o Brasil busca assegurar, junto às demais nações, a verdadeira compreensão das motivações e finalidades do instrumento militar, propiciando transparência e confiança entre os Estados (BRASIL, 2012b, p. 8).

Sobre a atuação conjugada da Política com a Estratégia, visando à diversificação de parcerias, o Livro Branco destaca:

**As políticas externas e de defesa são complementares e indissociáveis**  
 [...] A Política e a Estratégia assinalam responsabilidades na promoção do interesse nacional, em particular nos temas afetos a desenvolvimento e segurança do País. Evidenciam a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de diálogo entre o MD e o Itamaraty [...] (BRASIL, 2012b, p. 51, grifo nosso).

Sobre o tema “cooperação”, destacamos que este termo, sob a interpretação de intensificação ou ampliação para a promoção dos “laços de amizade entre os povos” ou na “área de defesa”, aparece 36 vezes no LBDN<sup>30</sup>, 10 vezes na PND e 7 vezes na END. Da mesma forma, as palavras “inserção” e “projeção de poder” do país, seja no “cenário internacional” ou no “contexto mundial”, aparecem diversas vezes nesses documentos.

Dessa forma, observamos que os tópicos “cooperação” e “projeção de poder”, alinhados com o conceito apresentado por Raymond Aron (2002), são relevantes para a Defesa (ou Estratégia) e a Diplomacia brasileiras. A maneira como o país pode se beneficiar desses dois temas, em especial com os países de língua portuguesa, facilitada pela natural afinidade linguística e cultural, mais especificamente em relação à

<sup>30</sup> A palavra “cooperação” é citada num total 72 vezes no LBDN.

Moçambique, será abordada mais adiante no trabalho.

Ao finalizar esta seção observamos a plena aderência dos documentos de orientação de alto nível político para as ações de Segurança e Defesa com a política exterior brasileira. Observa-se a identificação com o pensamento de Raymond Aron (2002), da complementaridade entre eles e a sua subordinação aos interesses e aspirações da sociedade.

Convém destacarmos que, embora exista a complementaridade das políticas Externa e de Defesa, a vertente diplomática prevalece. Por tradição, o Brasil procura estabelecer a sua influência e liderança, no âmbito das relações internacionais, fundamentadas não só em medidas para a construção da confiança mútua, mas também na sutileza do uso do *soft power*, a ser comentado na próxima seção.

#### 4 PROJEÇÃO DE PODER E *SOFT POWER*

Os governos controlam as políticas, mas a cultura e os valores estão incorporados nas sociedades civis.

Joseph Nye.

Nas orientações contidas nos documentos de alto nível na área de defesa, percebemos que o Brasil está consciente em não ser confundido como um país hegemônico regional, que busca impor, exclusiva e unilateralmente, seus interesses, ao contrário, procura a cooperação e a integração entre as nações.

Na aproximação com a África, o Plano BRASIL 2022 condensa e ressalta as principais vantagens do Brasil em relação aos Estados europeus, norte-americano e asiáticos:

A primeira delas é a de **não ter o Brasil um passado de potência colonial** e sim ter sido, como os africanos, uma colônia europeia. A segunda vantagem é a **semelhança de desafios que têm de enfrentar** o Brasil e os países da África nas mais diversas áreas [...] A terceira vantagem é ser o Brasil um país com **fortes raízes africanas**, com metade de sua população que se declara negra [...] A quarta vantagem é **o idioma**, que nos une aos países de língua portuguesa e a identidade cultural e étnica [...] A quinta vantagem é que os países africanos veem o Brasil como um país que, ainda subdesenvolvido, tem conseguido avançar na senda do desenvolvimento e que pode e está disposto a compartilhar com eles os resultados de seu progresso tecnológico em muitas áreas, sem impor condicionalidades políticas ou econômicas. A sexta vantagem é a de **compartilharmos o Atlântico Sul de forma pacífica**, sem pretensões de domínio militar (BRASIL, 2010, p. 54-55, grifo nosso).

Nessa mesma medida, a END enfatiza as atividades de cooperação internacional, particularmente com os países da América do Sul e África, e a Diretriz Ministerial<sup>31</sup> n.º 7/2012, do MD, as traduz em medidas práticas de fomento à confiança mútua, como, por exemplo, a intensificação das operações combinadas, visitas, intercâmbios, cursos e encontros bilaterais (BRASIL, 2012d).

Podemos afirmar que o Brasil, orientado pela tradição histórica na habilidade de seu corpo diplomático, prioriza a solução pacífica de conflitos. Atuando dessa forma, o Brasil tem obtido êxito na relação com outros atores, em função, basicamente, do uso de “atributos como a simpatia do povo, índole pacífica, capacidade persuasiva e de compreender situações complexas vividas por outros países” (AMORIM, 2012a, p. 8).

<sup>31</sup> Aprovada pela Portaria Normativa nº1967/MD, de 20 de julho de 2012. Disponível em: <[http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/portarias/1967\\_2012.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/portarias/1967_2012.pdf)>. Acesso em: 31 ago. 2014.

O uso desses atributos, em prol dos interesses nacionais de projeção de poder e de maior inserção do Brasil entre as nações, é o que veremos a seguir.

#### 4.1 PROJEÇÃO DO PODER NACIONAL

Para o Ministro Celso Amorim (2012b, p.12), o conceito *soft power* apresentado pelo estudioso e pesquisador norte americano Joseph Nye resume-se em **“saber articular força e diplomacia, tendo em conta as vantagens e as limitações de cada uma [...] sendo que a diplomacia pode tomar mais tempo, pois requer persuasão e negociação”** (grifo nosso).

Antes de aprofundarmos o conceito de *soft power*, convém descrevermos o que Celso Amorim chamou de “força”, que não se restringe exclusivamente às ações militares, mas que entendemos ser a ação afirmativa do Poder Nacional (PN), no emprego de suas expressões componentes.

Nesse sentido, a definição doutrinária concebida pela Escola Superior de Guerra (ESG) esclarece: o Poder Nacional se apresenta como uma conjugação, interdependente de vontades e meios, voltada para o alcance de uma finalidade. Assim, Poder Nacional deve ser entendido como a “capacidade que tem o conjunto de homens e meios que constituem a nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, em conformidade com a vontade nacional” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2014, p. 34).

O Poder Nacional deve ser sempre visualizado como um todo, uno e indivisível. Para melhor entendimento e avaliação, é estudado segundo suas manifestações, que se processam por intermédio de cinco expressões, a saber: Política; Econômica; Científica e Tecnológica, Psicossocial e Militar (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2014).

Resumidamente, podemos definir a expressão Política como aquela que trata da solidez das instituições políticas, a estrutura do governo, a capacidade de influência nos organismos internacionais e de construir alianças estratégicas.

A expressão Econômica se refere à pujança da economia como um todo, o tamanho do PIB, do comércio internacional, das indústrias, da produção agrícola, do acúmulo de reservas internacionais, da circulação e distribuição das riquezas.

A expressão Científica e Tecnológica caracteriza-se pelo grau de conhecimento científico produzido e acumulado, da inovação aplicada para o bem

estar da população. A preservação da cultura, a educação, o temperamento, a religiosidade, a solidariedade, a língua nativa, a solidariedade e as aspirações de um povo são características contidas na expressão Psicossocial de um país.

Já a expressão Militar, de forma resumida, é a capacidade do emprego da força militar em prol dos objetivos nacionais e contra as ameaças externas ou internas aos outros níveis de poder.

As relações internacionais determinam “condições ou circunstâncias que ampliam ou restringem, ou que estimulam ou limitam o poder e o prestígio das nações, influenciando, por fim, no resultado da cooperação, da competição e do conflito entre elas”, na busca de projeção do Poder Nacional (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2014, p. 31).

Entendemos que, no contexto internacional, a projeção do Poder Nacional pode ocorrer naturalmente, de forma suave, ou como um resultado planejado de uma intenção. Recorrendo mais uma vez à definição doutrinária da ESG:

Projeção do Poder Nacional é o processo pelo qual a Nação aumenta, de forma pacífica, sua influência no cenário internacional, por intermédio da manifestação produzida com recursos de todas as Expressões de seu Poder Nacional (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2014, p. 47).

Segundo Guilherme Abreu, o Brasil possui algumas características positivas, no que se refere ao emprego natural do seu *soft power*, e “devemos aproveitar essa vantagem para a projeção do nosso poder, em especial nos países que temos alguma afinidade cultural” (ABREU, 2013, p. 203).

Numa abordagem mais ampla, embora o conceito de *soft power* seja recente, o próprio Joseph Nye (2012, p. 117) afirma que “o comportamento que ele estipula é tão antigo quanto a história humana”.

Para Nye (2012, p. 44), a definição plena de *soft power* “é a capacidade de afetar outros utilizando meios cooptativos de ajuste de agenda, persuasão e produção de atração positiva para a obtenção dos resultados preferidos”.

Atração, persuasão e confiança são a base do *soft power*. Tal poder, para ser efetivo, deve inspirar credibilidade, otimismo e esperança. Não se trata apenas do esforço de influenciar por parte do agente, mas também das percepções por parte dos alvos, que são fundamentais para a geração do *soft power* (NYE JR, 2012).

Na concepção de Nye (2012, p. 118), a incorporação do *soft power* em uma estratégia do governo é mais difícil do que parece. Em primeiro lugar, o êxito dos

resultados está no controle suave do agente alvo, com mais frequência do que quando se emprega o *hard power*<sup>32</sup> (NYE, 2004). Um segundo problema é que os resultados muitas vezes demoram um longo tempo para aparecer, coadunando com a ideia do ministro Celso Amorim sobre a atuação da diplomacia, onde a maioria dos políticos e do público fica impaciente por um retorno imediato de seus investimentos. Em terceiro lugar, os instrumentos do *soft power* estão totalmente sob o controle dos governos, mas os valores e a cultura da sociedade, não.

A troca de experiência e os intercâmbios entre estudantes são bons exemplos da atuação do *soft power*. Nye afirma que (2012), após concluírem os cursos, os estudantes retornam aos seus países de origem com uma visão mais positiva do país em que estudaram e das pessoas que interagiram, sem a sensação de submissão ou inferioridade nas relações desenvolvidas.

Nessa concepção, entendemos que uma futura cooperação naval que vise à capacitação e formação técnica de pessoal, instrumento de baixíssimo dispêndio de recursos, pode criar oportunidades para a atuação da expressão Militar, na sua atuação mais suave de projeção.

#### 4.2 *SOFT POWER* BRASILEIRO

Na concepção de Joseph Nye (2012), existem diferentes tipos de recursos associados ao *soft power*, incluindo-se fatores intangíveis (como instituições, ideias, valores e cultura), que são distintos da percepção obtida na legitimidade das políticas externas.

Como exemplo, o autor cita que as forças navais podem ser usadas para vencer batalhas (*hard power*) ou para conquistar corações e mentes (*soft power*), dependendo de qual seja o alvo e qual seja a questão.

Neste caso, a ajuda humanitária às vítimas do terremoto do Haiti em 2010, utilizando os recursos militares para o transporte de material e pessoal da área de saúde, é um exemplo nessa área de atuação, com o fortalecimento do *soft power* do Brasil, juntamente com os Estados Unidos, a China e outros países naquela ocasião (NYE JR, 2012).

---

<sup>32</sup> *Hard power*, ou poder duro, em contraste com o termo *soft power*, é um conceito que é principalmente usado no realismo das relações internacionais e se refere ao Poder Nacional oriundo de meios militares e econômicos.

Outro exemplo típico da atuação do *soft power* brasileiro foi a partida de futebol, realizado no Haiti. O “Jogo da Paz”<sup>33</sup>, como ficou conhecido a partida amistosa realizada no dia 18 de agosto de 2004, no Estádio Sylvio Cator, na cidade de Porto Príncipe, capital do Haiti, entre a Seleção Brasileira de Futebol - então campeã mundial de 2002 - e a Seleção Haitiana (então 95<sup>a</sup> colocada no ranking da FIFA).

O governo do presidente Lula, orientado pela Diplomacia e pela Defesa, avaliou que essa seria uma grande oportunidade de projeção do país. O evento recebeu a alcunha de "Jogo da Paz", pois o objetivo principal foi iniciar uma campanha de desarmamento naquele país junto à população, então envolvido em uma guerra civil e uma grave crise política que assolava o país: 80% da população viviam abaixo da linha da pobreza e 50% eram analfabetos.

Como o controle dos recursos de *soft power* realmente vai produzir um comportamento favorável, isso depende do contexto e das habilidades dos agentes em converter os recursos em resultados atrativos. Foi o caso do “Jogo da Paz”.

Em um contexto mais abrangente, Celso Amorim (2012a, p. 11), expõe que “todas as dimensões de cooperação formam um componente expressivo de nossa política de defesa e condizem com nossa identidade democrática e nossas tradições pacíficas”. E sobre como o *soft power* está imbricado com a política externa e a defesa, declara: “Ao expandir nosso poder brando por meio da cooperação, a política de defesa coincide com a política externa na promoção de um ordenamento global que favorece o entendimento em detrimento do conflito (AMORIM, 2012a, p. 11).

Dentro dessa ideia, analisaremos como a cooperação mútua, fundamentada em nossa característica de projeção de poder, de forma suave e cooptativa, pode contribuir e ser um instrumento de inserção do País no ambiente marítimo meridional de interesse brasileiro.

---

<sup>33</sup> Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/0759226415438-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio/?searchterm=futebol da paz](http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/0759226415438-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio/?searchterm=futebol%20da%20paz)>. Acesso em: 23 ago. 2014.

## 5 COOPERAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PROJEÇÃO DE PODER

Cooperação é uma palavra importante que requer um entendimento apropriado no curso deste estudo. Em geral, se refere à prática de pessoas ou organizações distintas, trabalhando em comum nos objetivos e métodos também acordados em comum, ao invés de trabalhar separadamente ou em forma de competição<sup>34</sup>.

Além disso, o *Merriam – Webster Dictionary* enfatiza que a chave da cooperação está “nos esforços comuns em alcançar benefícios comuns<sup>35</sup>. Esta colocação se harmoniza com a definição do *Oxford Advanced Learner Dictionary*<sup>36</sup> que define o termo como “o fato e ato de fazer as coisas juntas para um objetivo compartilhado”, conceito considerado neste trabalho.

A abordagem pretendida nesta seção é a de enfatizar que a cooperação mútua pode ser facilitada, por fatores intrínsecos aos agentes envolvidos, ou fomentada, quando se deseja alcançar objetivos com propósitos previamente estabelecidos, aproveitando-se das características comuns aos agentes cooperativos.

### 5.1 CULTURA - FATOR ATRATIVO DO *SOFT POWER*

No pensamento de Joseph Nye, o *soft power* de um país se baseia fundamentalmente em três recursos básicos: sua cultura, em locais onde ela é atrativa; seus valores políticos, quando ele os cumpre interna e externamente; e suas políticas externas, quando os outros as veem como legítimas e possuindo autoridade moral (NYE JR, 2012, p. 119).

No aspecto cultural, é notória a forte relação cultural atrativa com os países africanos de língua portuguesa, descendentes todos da mesma origem lusitana. Therezinha de Castro ressalta as influências culturais recíprocas quando define as relações entre a “África no Brasil e o Brasil na África”, descrevendo os povos que vieram colonizar o país, forçadamente pelo regime da captura e escravidão; mas

---

<sup>34</sup> Disponível em: <<http://dictionary.reference.com/browse/cooperation?s=t>> (tradução nossa). Acesso em: 24 ago. 2014.

<sup>35</sup> Disponível em: <<http://www.merriam-webster.com/dictionary/cooperation>> (tradução nossa). Acesso em: 24 ago. 2014.

<sup>36</sup> Disponível em: <<http://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/english/cooperation>> (tradução nossa). Acesso em: 24 ago. 2014.

também aqueles brasileiros, negros e mestiços, hoje conhecidos como *brésilien* ou *brazilians*, que retornaram às origens para colonizar a África, sem a intervenção de qualquer Estado colonialista, mas, sobretudo, de forma voluntária e natural (CASTRO, 1981, p. 190).

A presença negra na formação étnica e cultural de nosso país é um dos fatores que fortemente impulsionaram a abertura do Brasil para a África e da África para o Brasil. Após um longo período de baixa priorização da política externa, o Brasil adotou uma estratégia mais afirmativa em relação aos países africanos, conforme abordado anteriormente, priorizando as vertentes comercial e diplomática que buscavam, respectivamente, a ampliação de mercados e o fortalecimento da multipolaridade.

Tal inserção brasileira certamente foi facilitada pela língua portuguesa, comum aos cinco países africanos que, integrados em uma comunidade internacional, são potenciais polos atrativos para a mútua cooperação e, conseqüentemente, a inserção suave do Poder Nacional brasileiro.

## 5.2 COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - OPORTUNIDADE DE COOPERAÇÃO

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma organização internacional, criada em 17 de julho de 1996, onde estão inseridos oito Estados que possuem laços culturais, históricos e linguísticos comuns: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

O estatuto da CPLP (2007) define a organização como um foro multilateral privilegiado, com objetivos gerais referentes à relação político-diplomática entre os seus membros, com destaque para o reforço da sua presença nos foros internacionais; a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; e a materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) (BRASIL, 2014).

Sob o ponto de vista dos membros da CPLP, a língua é o ponto de

referência da organização e atua como fator de integração nas relações entre os Estados membros.

O português é a quinta língua mais falada no planeta e a terceira mais falada entre as línguas ocidentais, atrás somente do inglês e do espanhol. Segundo Maria Célia da Silva, “é a quarta língua mais usada na internet e a segunda na ‘blogosfera’”, sendo a língua de trabalho em algumas Organizações Internacionais: União Europeia (EU) [sic], Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Unidade Africana (UA), União Latina (UL), sendo que seu ensino é obrigatório nos países integrantes do MERCOSUL (SILVA, 2012, p. 127)

Entretanto, observa-se que a CPLP constitui um agrupamento de países com espaço marítimo geograficamente disperso, que engloba quatro continentes: África, América do Sul, Europa e Ásia<sup>37</sup>. Se por um lado esse fato enaltece a expressividade global da comunidade, por outro, torna-se um desafio para uma maior e efetiva integração.

Tal dificuldade pode ser observada pela própria denominação de “Comunidade” e não de “União” dos Países de Língua Portuguesa. Nas palavras de Almeida (2003, p. 127), a própria língua portuguesa justifica essa distinção. A palavra “União” endossa um sentido de “pacto, de confederação”, que por sua vez significa um tipo de união de países com política externa comum, mas com certa autonomia interna”. Por outro lado, “Comunidade” representaria o que os oito países partilham em comum: a origem lusófona, a língua, a religião católica predominante, entre outras características.

Sob o ponto de vista da aplicação da Teoria dos Jogos na organização CPLP, Almeida (2003) investiga, de forma abrangente, os benefícios da participação brasileira nesta interação com os outros sete países. Segundo o entendimento da autora, podemos caracterizar a CPLP, onde o estatuto de criação prevê a **“cooperação mutuamente vantajosa entre seus membros”**<sup>38</sup>, como uma organização onde se utiliza cenários de “jogo cooperativo de soma não zero”. Nesse tipo de jogo, os jogadores evitam o ganho exclusivo por parte de um único jogador e buscam, por meio da cooperação, embora em diferentes proporções, “obter algum lucro ou benefício em parceria” (ALMEIDA, 2003, p. 33).

---

<sup>37</sup> O espaço marítimo da CPLP está ilustrado na Figura 11, do ANEXO F.

<sup>38</sup> Estatuto da CPLP, Artigo 5º (grifo nosso). Disponível em: [http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CCEG/Estatutos\\_CPLP\\_REVLIS-07-2.pdf](http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CCEG/Estatutos_CPLP_REVLIS-07-2.pdf). Acesso em: 23 ago. 2014.

Nesse sentido, a cooperação se reveste da maior importância não só para o desenvolvimento, mas também para a consolidação dos laços de solidariedade que unem os Estados membros, na construção da própria comunidade e na sua projeção enquanto organização internacional. Segundo José Palmeira:

De uma forma pragmática pode-se dizer que a CPLP visa maximizar as potencialidades dos estados membros e minimizar as suas vulnerabilidades através da cooperação multilateral". [...] Pela diversidade regional dos seus membros, a CPLP pode constituir uma mais valia num sistema internacional cada vez mais global (PALMEIRA, 2009).

Dessa forma, observa-se significativo potencial e oportunidade para cooperação e projeção do Poder Nacional brasileiro nos cinco países africanos de língua portuguesa, coadunando com o interesse imediato de segurança no entorno estratégico, conforme definido na PND.

Em outra vertente, Moussa destaca a importância do esforço brasileiro em acentuar suas relações com os países de língua portuguesa como passos decisivos para reforçar a identidade do Atlântico Sul, e, por reflexo, “na medida em que interaje com países limítrofes do Oceano Índico, a oportunidade de projeção brasileira naquele espaço geográfico” (MOUSSA, 1994). Entretanto, o referido autor ressalta que a ausência de uma referência estratégica mais ampla, ou de uma visão de mundo que oriente os projetos de cooperação Sul-Sul, também impedem que as declarações de intenções se convertam em medidas efetivas e concretas.

Moçambique, diferentemente dos outros quatro países africanos membros da CPLP, é banhado pelo Oceano Índico, com potencial para se tornar um parceiro estratégico nas relações de cooperação Sul-Sul, e porta de entrada da projeção do Brasil naquele oceano. A cooperação entre o Brasil e Moçambique, existente atualmente em alguns níveis, pode ser incrementada com uma cooperação naval, com ganhos mútuos para ambos os países, como veremos a seguir.

## 6 COOPERAÇÃO BRASIL - MOÇAMBIQUE

A expectativa do Brasil em relação a Moçambique aumentou a partir de 2003, com a eleição do presidente brasileiro Lula, ao colocar o continente africano no centro das atenções da política externa brasileira. Após três visitas realizadas a Moçambique, nos dois períodos de seu governo<sup>39</sup> (VISENTINI, 2013, p. 111-125), vários projetos, de cooperação técnica, foram implementados, o que consolida a preocupação com a África, e, no caso particular deste estudo, com Moçambique<sup>40</sup> (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2014).

A presença brasileira naquele país, como veremos adiante, se manifesta diversificada pelas expressões do Poder Nacional, contribuindo para uma significativa inserção brasileira, suave e colaborativa, e para a consolidação da parceria estratégica entre os dois países.

A maritimidade faz parte da cultura moçambicana. O mar foi, e continua sendo, uma importante fonte de sustento para a população empobrecida e sofrida pela exploração colonial do passado e pelos efeitos sentidos pelas guerras pós-independência. Hoje, esse espaço marítimo se apresenta como potencial fonte de riquezas e uma esperança para o desenvolvimento e progresso do país.

Entretanto, percebemos que o país não exerce, em sua plenitude, a soberania sobre as águas jurisdicionais marítimas de sua responsabilidade. O nefasto arresto do barco VEGA 5, ocorrido em 2010, adicionado às rotineiras notícias sobre os atos de pirataria na costa oriental africana e às atividades pesqueiras ilegais, com barcos estranhos e de maior porte dilapidando os recursos pesqueiros, sem nenhum retorno para a economia moçambicana, é sintomático afirmar que o Estado moçambicano necessita dar uma resposta a estas inquietações (SIMANGO, 2013, p. 62)

Nesse contexto, apresentamos nesta seção uma proposta de cooperação naval, de forma progressiva e continuada, com o fito de capacitar e dotar a Marinha de Guerra Moçambicana (MGM) de uma estrutura de Poder Naval adequada e equilibrada, que contribua para o fortalecimento da afirmação de Moçambique no

---

<sup>39</sup> O presidente Lula visitou Moçambique em três ocasiões: novembro de 2003, outubro de 2008 e novembro de 2010.

<sup>40</sup> A cooperação técnica com Moçambique está amparada pelo Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em 15 de setembro de 1981 e promulgado em 09 de junho de 1984, conforme apresentado no ANEXO K.

contexto marítimo regional.

## 6.1 PODER NACIONAL BRASILEIRO EM MOÇAMBIQUE

A presença do Estado brasileiro em Moçambique se faz sob os múltiplos aspectos das expressões do Poder Nacional.

No campo da expressão política, a instituição onde a projeção do país mais fortemente se faz presente, dentro do escopo de estudo deste trabalho, é junto a seus pares de língua portuguesa da CPLP. Esse é um exemplo da expressão política que reforça os anseios internacionais do país, na promoção de um mundo com distribuição de poder mais equilibrada, multipolar e multilateral.

No domínio da cooperação em energia, Moçambique se destaca no potencial de exploração de suas reservas de carvão, estimadas na ordem de bilhões de toneladas, e que assumem “papel atrativo para investimentos internacionais”. Nesse aspecto, Victor Tivane distingue:

Já se perfilam na corrida a este combustível fóssil, interesses provenientes de países como o Brasil, a Austrália, a Índia e a Rússia e em termos de Investimento Directo [sic] Estrangeiro pontuam empresas como a Vale do Rio Doce, a Riversdale e as Minas Rivubue (TIVANE, 2010, p. 28).

Nesse diapasão, empresas brasileiras<sup>41</sup> se destacam pela presença da expressão econômica do Poder Nacional em Moçambique (CAU, 2011, p. 74-86):

a) A Companhia Vale do Rio Doce Moçambique adquiriu, em novembro de 2004, os direitos de exploração, por 35 anos, das minas de carvão de Moatize e para implantação de uma central térmica de 1.500 MW, num projeto com investimento estimado em US\$ 1,26 bilhões, com previsão de geração de 4.500 postos de trabalho na fase de desenvolvimento e 856 na fase de operação. Além disso, a Companhia é responsável pela construção de um terminal para a exportação do carvão no Porto de Nacala, na Província de Nampula, e pela prospecção e pesquisa de outros minerais em diversas províncias do país;

b) A Petrobrás, em parceria com a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) moçambicana, está desenvolvendo pesquisa para exploração de hidrocarbonetos no bloco de Zambese offshore;

c) A Camargo Corrêa é a detentora de 40% do projeto de construção da

<sup>41</sup> Conforme a Figura 12, do ANEXO G.

usina hidrelétrica de Mphanda Nkuwa, a segunda maior do país, orçada em 1,5 bilhões de euros; e

d) A ELETROBRÁS, presença continuada da empresa com a renovação do pedido de cooperação nas áreas de operação e manutenção de empreendimentos hidroelétricos, e na capacitação e transferência de conhecimentos técnicos.

No que concerne à expressão psicossocial brasileira em Moçambique, Hilário Cau salienta que a facilidade da língua portuguesa e a identificação étnica e cultural com o Brasil contribuíram na interação das duas culturas:

As **novelas e as músicas brasileiras** fazem sucesso absoluto em Moçambique e demais países de expressão portuguesa em África. Não menos importante também, é o número de fiéis da Igreja Universal que cresce a cada dia como resultado do abandono das várias seitas que historicamente foram dominantes em Moçambique (CAU, 2011, p. 76, grifo nosso).

Outro aspecto psicossocial é a cooperação na área da educação, com a criação de um polo de ensino à distância na Universidade Pedagógica de Moçambique e intercâmbio com quatro universidades brasileiras: Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Estado de Goiás (CAU, 2011, p. 81).

Na cooperação bilateral da expressão Científica e Tecnológica, podemos ressaltar a presença de duas instituições brasileiras de destaque para o fomento da produção de alimentos e da melhoria das condições da saúde da população moçambicana: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

A EMBRAPA Cerrados, por possuir conhecimento e experiência em vários temas focais de biomas comum<sup>42</sup>, em parceria com instituições de diferentes países, colabora com Moçambique na implantação de projetos de cooperação técnica voltados ao desenvolvimento do setor agropecuário. O objetivo é promover a capacitação para o aumento sustentável da produção agropecuária e a autossuficiência de alimentos em Moçambique. O Programa Embrapa-ABC Moçambique prevê diferentes frentes de trabalho com vistas a fortalecer o setor agropecuário moçambicano, por meio da adaptação de tecnologias empregadas no cerrado brasileiro às condições específicas do país, do desenvolvimento institucional do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) e da capacitação de seu

<sup>42</sup> A similaridade dos biomas Cerrado e Savana pode ser entendida pela Figura 13, do ANEXO H.

quadro técnico (EMBRAPA, 2014).

Três projetos, abrangendo as principais zonas agrícolas do país, compõem o Programa: Plataforma - Projeto de Cooperação Técnica de Apoio à Plataforma de Inovação Agrária de Moçambique; ProSavana - Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala, em Moçambique; e ProAlimentos - Projeto de Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique.

Na área da saúde, por meio da cooperação com o Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/FIOCRUZ), iniciou-se a fabricação de antirretrovirais e outros medicamentos. Oficialmente denominada Sociedade Moçambicana de Medicamentos (SMM), a unidade fabril é a primeira instituição pública no setor farmacêutico do continente africano, construída mediante doação de equipamentos pelo governo brasileiro e de empresas privadas, que atua em Moçambique (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2012).

Segundo Hilário Cau, pela primeira vez ocorreu a transferência de tecnologia para a fabricação de antirretrovirais para um país pobre, com elevado índice de soroprevalência, o que ajudará no combate e monitoramento da AIDS, não só em Moçambique, mas em toda a região africana (CAU, 2011, p. 79).

A ideia é fabricar, além dos antirretrovirais, 21 tipos diferentes de medicamentos, entre os quais antibióticos, antianêmicos, anti-hipertensivos, anti-inflamatórios, hipoglicemiantes, diuréticos, antiparasitários e corticosteroides, segundo o presidente da FIOCRUZ, Paulo Gadelha. A estimativa é que a fábrica produza cerca de 371 milhões de unidades farmacêuticas por ano, incluindo antirretrovirais e demais medicamentos (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2012).

Na área da Defesa, integrante da expressão do poder militar brasileiro, as relações de cooperação técnico-militar entre o Brasil e Moçambique foram incrementadas a partir da assinatura, em 26 de março de 2009, do Acordo de Cooperação entre Brasil e Moçambique, durante a visita do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, ao país.

A partir de então, segundo Hilário Cau, o Brasil prestou apoio no âmbito das Missões de Paz<sup>43</sup> (BRASIL, 2009), na formação de pilotos e mecânicos para a Força

---

<sup>43</sup> A Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), que atuou de 1992 a 1994, tinha um mandato que abrangia cinco vertentes: política, militar, policial, eleitoral e humanitária. O Brasil participou com militares, policiais e civis na operação.

Aérea, no oferecimento de uma aeronave de treinamento militar P-27 e na formação de militares moçambicanos em estabelecimentos de ensino militar do Brasil (CAU, 2011, p. 90).

Mais recentemente, o ministro Celso Amorim (2014, p. 8), em palestra realizada no Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF), na cidade de Maputo, em 20 de março deste ano, destacou a necessidade de Moçambique “ser capaz de dissuadir ameaças ou agressões pela posse de meios adequados de defesa”. Nessa vertente de cooperação na área da Defesa, foi divulgada a intenção do Brasil em promover a capacitação naval em áreas como vigilância marítima e prevenção da pirataria; o apoio da MB à reforma da Escola Naval de Pemba, à reflutuação de um dique na Base Naval de Maputo e na reestruturação das bases navais moçambicanas; a doação à MGM de um simulador de manobras navais, a ser instalado na Escola Naval de Pemba; e a doação de três aeronaves “Tucano” para o treinamento de pilotos da Força Aérea de Moçambique.

## 6.2 CONJUNTURA DE MOÇAMBIQUE - BREVES CONSIDERAÇÕES

Moçambique está situado na África Oriental<sup>44</sup>, limitado ao norte pela Zâmbia, Malawi e Tanzânia, a leste pelo Canal de Moçambique e pelo Oceano Índico, ao sul e a oeste pela África do Sul e a oeste pela Suazilândia e pelo Zimbábue<sup>45</sup>.

O país faz fronteiras continentais em um total de 4.212 quilômetros, dos quais 2.685 são de terra firme, 1.205 em rios e 322 em lagos. No Canal de Moçambique tem vários vizinhos: as Comores; Madagáscar; a coletividade departamental francesa de Mayotte; o departamento francês de Reunião; e as ilhas Juan de Nova, Bassas da Índia e Ilha Europa do distrito Ilhas Esparsas das Terras Austrais e Antárticas Francesas.

Além de membro da ONU e da União Africana, Moçambique é igualmente membro fundador da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e, desde 1996, da Organização da Conferência Islâmica. Dentre outras, faz parte da

---

<sup>44</sup> A África é dividida comumente de duas formas: a) a primeira, que valoriza a localização dos países, tem cinco divisões: Setentrional ou do Norte; Ocidental; Central; Oriental e a África Meridional ou Austral; b) a segunda regionalização usa critérios étnicos e culturais e é dividida em dois grandes grupos: a África Branca ou Setentrional formado pelos oito países da África do Norte, mais a Mauritânia e o Saara Ocidental, e a África Negra ou Subsaariana formada pelos outros países. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/7924/Africa>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

<sup>45</sup> O mapa político de Moçambique pode ser visualizado na Figura 14, do ANEXO I.

Organização Marítima Internacional (IMO) e da Polícia Internacional (Interpol).

A paz alcançada em 1992, após o fracassado modelo socialista de desenvolvimento, abriu novas possibilidades para a economia do país, que começou a se recuperar de forma sustentada (CAU, 2011, p. 70-76).

Especialmente em relação ao setor mineiro do país, convém destacar que a exploração do carvão<sup>46</sup>, desde 2008, vem impulsionando a economia moçambicana. Para Hilário Cau, levando-se em conta as reservas de carvão existentes em Moçambique, que se estimam em bilhões de toneladas, aliadas aos investimentos estrangeiros diretos realizados no setor, o país vai se tornar o maior país exportador de carvão do mundo (CAU, 2011, p. 87-88).

Em resumo, Moçambique é um dos países africanos que atualmente tem uma boa estabilidade política e institucional. Com base na democracia e na justiça, vem procurando melhorar seu desenvolvimento social e econômico. Conta com o reconhecimento das principais organizações internacionais de ajuda e fomento, que vem dando aval à política governamental e atribuindo ao país uma série de financiamentos e programas que possibilitem a erradicação da pobreza.

### **6.2.1 Moçambique e o Mar**

Situado na costa sudeste da África, Moçambique possui uma posição estratégica de relevo, dado que funciona como “uma porta de entrada e saída privilegiada” para os países da região austral, que utilizam seus terminais marítimos e estradas de ferro para o escoamento de produtos<sup>47</sup>, notadamente a África do Sul, o Zimbábue, o Malawi, a Zâmbia, o Botswana, a Suazilândia e a República Democrática do Congo (SIMANGO, 2013, p. 33).

Moçambique não só tem uma extensa costa marítima como possui, também, muitos rios que drenam as suas águas para o Oceano Índico, dos quais os mais importantes são internacionais. Isto significa que são compartilhados por mais países na região.

O Canal de Moçambique é um dos corredores estratégicos para o tráfego marítimo mundial, utilizado por navios de variadas nacionalidades. Em função da

---

<sup>46</sup> São cinco os principais projetos de exploração de carvão: Moatize, Benga, Zambeza, Ncondezi e Changara.

<sup>47</sup> A estrutura do sistema ferro-portuário pode ser visualizada na Figura 15, no ANEXO J.

sua localização e proximidade com a Rota do Cabo, assume naturalmente uma posição geoestratégica considerável.

O Porto de Nacala, segundo Samuel Simango (2013, p. 47), localizado no extremo sul da Baía de Bengo, apresenta condições de navegabilidade com vantagens extremamente competitivas na região. Não depende de marés e não necessita de dragagens, o que permite a entrada e saída de navios, sem quaisquer restrições de calado, 24 horas por dia. Nacala é um porto de águas profundas, que oferece as melhores condições naturais de toda a costa oriental de África, sendo, portanto, um porto estratégico para apoio logístico a qualquer marinha que se faça presente nas AJM.

### 6.3 COOPERAÇÃO NAVAL COM MOÇAMBIQUE

Esta seção analisará os aspectos potenciais de aproximação entre a MB e a MGM, com novas oportunidades de cooperação que se descortinam para a MB, desde a formação e capacitação de recursos humanos, até as de comercialização de produtos da indústria de defesa brasileira.

#### 6.3.1 Marinha de duplo uso

Moçambique é um país jovem e está obrigado, naturalmente, a investir seu orçamento nas áreas sociais e no seu desenvolvimento.

Um país em desenvolvimento, com recursos financeiros limitados, não deverá pensar em possuir meios navais além de suas possibilidades de manutenção logística e operação. O planejamento de obtenção de meios, normalmente, é dividido em projetos de grande vulto e de longo prazo, que não podem ser adiados ou interrompidos durante sua execução, sob pena de não obterem os resultados planejados<sup>48</sup>.

Entendemos que, desta forma, a decisão adotada no âmbito dos recursos, financeiros e materiais, para a formulação da MGM, deve ser respaldada por forte apoio político e convencimento de sua necessidade perante a sociedade. Esses

---

<sup>48</sup> Entrevista concedida ao autor pelo CMG (RM1) Cesar Ricardo Cristalli, Chefe do Departamento de Relações Institucionais, da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), em 06 de junho de 2014, nas dependências da empresa, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, Ilhas das Cobras, Centro, RJ.

requisitos são fundamentais na consecução de uma consciência política e de uma mentalidade marítima que respalde as necessidades apresentadas.

Nessa vertente, o exemplo recente do que o Brasil vem promovendo, conforme demonstrado anteriormente, com a publicação dos marcos legais da Defesa (PND, END e LBDN) e do Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED), pode servir de inspiração e orientação para o país parceiro.

O Livro Branco destaca que a dotação de recursos financeiros ao setor de Defesa deve observar três princípios: estabilidade (os recursos alocados não devem sofrer oscilações bruscas); regularidade (o desembolso dos recursos deve ocorrer de forma sistemática e regular); e previsibilidade (esse princípio confere segurança ao planejamento de longo prazo, garantindo que os recursos sejam desembolsados de maneira estável e regular) (BRASIL, 2012b, p. 221).

Com a problemática da escassez de recursos financeiros, merece destaque a ideia explorada por Samuel Simango, sobre a possibilidade de Moçambique possuir uma marinha de duplo uso:

[...] Para um país como Moçambique, que possui uma Marinha pequena e incipiente, uma Marinha de duplo uso pode ser útil para poupar recursos humanos, técnicos e financeiros que poderiam ser aplicados na execução das mesmas tarefas nos espaços marítimos nacionais (SIMANGO, 2013, p. 97).

O conceito de marinha de duplo uso foi analisado por Paulo (2011), que sugere “a aplicação legítima, em fins civis, dos meios concebidos para operações militares”, analogamente ao conceito de “bens e tecnologias de duplo uso”, que são aqueles que podem ser usados nas áreas civil e militar. Conceitua o autor:

[...] o “duplo uso” é um conceito criado e densificado no comércio internacional de armamento: são “bens e tecnologias de duplo uso” (dual use goods and technologies) os que podem ser usados em aplicações civis e militares. Parece óbvia a analogia deste conceito do direito e comércio internacional ao conceito de “Marinha de duplo uso”. E a ideia original também parece comum: aproveitar bens concebidos com uma finalidade para aplicações em ambas [...] (PAULO, 2011, p. 2).

A concepção de uma marinha de duplo uso, numa situação em que as “novas ameaças” aos espaços marítimos são difusas, apresenta inúmeras vantagens ao permitir uma presença naval, dissuasão estratégica, controle e vigilância da AJM, projeção de força, segurança marítima, assistência humanitária e pronta resposta a catástrofes, tanto artificiais como naturais (SIMANGO, 2013, p.

98).

Para um país como Moçambique, que possui uma Marinha de Guerra pequena e incipiente, o conceito de marinha de duplo uso, tanto na sua formulação como no seu emprego, numa primeira fase do programa de obtenção de meios e da capacitação de recursos humanos, permeia a ideia de racionalização na aplicação dos poucos recursos financeiros, compatível com sua necessidade de defesa e ajustada aos interesses marítimos do país, num primeiro momento.

Norteados por esses ditames e baseado nas experiências adquiridas pela cooperação pregressa da MB com outras marinhas amigas, especificamente com as de Angola e Namíbia, será abordado, a seguir, como a MB pode contribuir com a MGM, numa proposta de capacitação do PNM, meios e pessoal, baseada na ideia de uma marinha de duplo uso, balanceada para se contrapor às atuais ameaças nas AJM.

### **6.3.2 Proposta de cooperação naval com a Marinha de Guerra de Moçambique**

Um coerente reaparelhamento para a construção da MGM requer obtenção de meios navais sincronizada com a formação do pessoal que irá empregá-los, de modo que, na ocasião do recebimento de um navio, por exemplo, os marinheiros moçambicanos tenham qualificação técnica para operá-lo, evitando que o meio fique subempregado e ocioso por falta de capacitação de pessoal, ou pior: seja mal empregado.

Por outro lado, possuir oficiais e praças habilitados, sem meios para promover o contínuo adestramento, trará, no curto prazo, a perda da adquirida qualificação das tripulações.

Assim, a ideia da cooperação naval é que ela ocorra num processo contínuo e gradativo de desenvolvimento da MGM, compatibilizando a obtenção de meios com a capacitação dos recursos humanos.

Nesse sentido, relacionamos duas opções básicas para a interação entre as duas marinhas: a primeira baseia-se na obtenção de meios navais, de sofisticação tecnológica simplificada, onde a indústria de defesa brasileira poderia ser acionada, com a encomenda de diferentes tipos de embarcações, lanchas e Navios-Patrolha. A segunda, aquelas ligadas particularmente à MB, para a capacitação do pessoal moçambicano, tanto civil como militar.

Quanto ao aspecto do material, destacam-se os projetos dos Navios-

Patrulha “Grajaú” e “Macaé”, concebidos para o patrulhamento das AJB, e que se adequam às necessidades da MGM. A aquisição dessas classes de navios permitiria à MGM ter a capacidade de:

- a) realizar patrulha marítima em suas águas jurisdicionais, particularmente em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE);
- b) combater o contrabando, a pirataria, a pesca ilegal e controlar a imigração clandestina, na ZEE;
- c) realizar o salvamento e o resgate na zona de responsabilidade SAR<sup>49</sup> de Moçambique;
- d) contribuir diretamente na Defesa de Moçambique;
- e) participar em operações de paz e humanitárias sob a égide da ONU;
- f) patrulhar as águas jurisdicionais de Moçambique;
- g) garantir as linhas de comunicação marítimas de interesse de Moçambique; e
- h) mostrar o pavilhão nacional em portos amigos, em tempo de paz, como projeção de poder.

Quanto a aquisição de lanchas e embarcações de diferentes dimensões, construídas no Brasil e empregadas em nossas Capitânicas/Delegacias/Agências dos Portos, permitiria à MGM ter a capacidade mínima de:

- a) combater, também, o contrabando, a pesca ilegal, a pirataria e controlar a imigração clandestina, no mar territorial e águas interiores;
- b) realizar salvamento e resgate perto da costa; e
- c) realizar patrulha marítima do mar territorial e nas águas interiores.

Quanto à formação e capacitação do pessoal, poderia ser adotada a estratégia de ser ofertada à MGM, em paralelo ao período de obtenção dos meios, a formação profissional (Oficiais e Praças) nos estabelecimentos de ensino da MB (Escola Naval, Centro de Instrução Almirante Wandenkolk e Centro de Instrução Almirante Alexandrino); a capacitação profissional nos principais órgãos de construção e manutenção de meios navais (Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro - AMRJ, Base Naval de Salvador - BNS, Base Naval de Natal - BNN e Base Naval de Val de Cães - BNVC). Simultaneamente, estágios práticos a bordo de navios da mesma classe que os em construção, de modo a aprimorar os conhecimentos

---

<sup>49</sup> *Search and Rescue (SAR): Busca e Salvamento (tradução nossa).*

técnicos e as habilidades marinheiras das futuras tripulações, aperfeiçoando o discernimento técnico de manutenção nas áreas de máquinas, eletricidade e eletrônica, bem como na manobra do navio e no combate às avarias (CAV).

Além disso, outras opções de cooperação bilateral entre a MB e a MGM poderão coexistir, paralelamente às apresentadas anteriormente, como por exemplo: a aquisição de simuladores de manobra de navios, como os utilizados pelos aspirantes na Escola Naval (EN); a capacitação de engenheiros e técnicos em manutenção de meios navais, como realizado na Escola Técnica do Arsenal de Marinha (ETAM); e estágios de adestramento operativo no Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão (CAAML), subordinado ao Comando-em-Chefe da Esquadra, no Rio de Janeiro.

Em linhas gerais, a proposta de cooperação entre a MB e a MGM teria início a partir da assinatura do contrato entre a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) e o órgão responsável da instituição moçambicana, especificando as áreas de interesse da MGM, seja para a aquisição de um determinado meio naval e na formação ou capacitação do pessoal moçambicano.

Dessa forma, entendemos que a proposta de uma cooperação naval com a MGM proporcionaria maior participação e inserção da expressão Militar, conjugando a Diplomacia e Defesa, refletindo no conseqüente fomento à indústria de defesa nacional, e, por fim, no incremento da presença brasileira em Moçambique, país de relevante parceria estratégica para o Brasil no contexto da cooperação Sul-Sul, perfeitamente harmonizada com as orientações estratégicas contidas nos documentos na área da Defesa.

## 7 CONCLUSÃO

A Política Nacional de Defesa define as regiões as quais o país pode exercer influência e liderança diplomática, econômica e militar e contempla, no conceito de “entorno estratégico”, a priorização para a América do Sul, o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica.

O Brasil é, historicamente, um país de natureza marítima. Pelo mar fomos descobertos, invadidos, nos defendemos e, atualmente, extraímos grande parte de nossas riquezas energéticas e realizamos, em torno de, 95% de todo nosso comércio internacional com as demais nações.

É inegável a importância que os instrumentos legais de defesa (PND, END e LBDN), além da Constituição Federal (CF), relevam para o Atlântico Sul, o mar que aproxima o Brasil da África, continente vizinho que influenciou significativamente o processo de formação da Nação brasileira, em especial com os países de origem lusófona que compartilham o mesmo idioma.

No escopo do presente estudo, a área marítima meridional, de interesse para o Brasil, congrega a união de dois espaços marítimos significativos: o Atlântico Sul e o Índico. Essa união marítima, apesar de aparentemente distante, contempla países que, em conjunto com o Brasil, integram os mecanismos de cooperação Sul-Sul com influência multipolar de destaque mundial: o BRICS e o IBAS.

A ideia do “meridionalismo”, explorada pelo geógrafo brasileiro André Martin, nesse sentido, parece se mostrar a mais adequada aos interesses nacionais, de forma a apontar para uma natural projeção de cooperação meridional, mais abrangente e pragmática para o país.

Dessa forma, a região austral africana, bem como seu entorno marítimo, se destaca como região estratégica, onde o Brasil pode projetar seu poder e a sua liderança por meio da cooperação, da difusão das nossas ideias e nossos valores, e, também, como já vem ocorrendo, transferir o nosso dinamismo econômico para aquela região de influência.

Percebemos que as relações Brasil-África, nos últimos dois governos, quando foram abertas e reativadas novas embaixadas e, de maneira recíproca, também em Brasília, permitiram uma inserção mais afirmativa do país no continente africano como um todo, com destaque para os países membros da CPLP.

Essa aproximação permitiu que novas oportunidades de cooperação com os

países africanos de língua portuguesa surgissem, e outras ainda estejam para surgir. Entretanto, para atingir esse propósito, há necessidade de mantermos uma perfeita sintonia entre os setores responsáveis pela diplomacia e pela defesa, com uma política externa mais constante, sem mudanças bruscas de rumo, principalmente quando enfrenta às inevitáveis procelas conjunturais; bem como uma maior priorização para o desenvolvimento do setor de defesa. Lembremo-nos a concepção de Raymond Aron, onde “a defesa e a diplomacia se submetem aos desígnios da política”.

A atuação da política externa, no contexto internacional, pode sobrevir naturalmente, ou por decisão e intenção política, com a manifestação e a projeção das cinco expressões do Poder Nacional (Política, Econômica, Científica e Tecnológica, Psicossocial e Militar). No decorrer do estudo, constatamos a presença brasileira em Moçambique, difundida nessas cinco expressões, com destaque para a expressão Econômica (Vale e Camargo Corrêa) e a Científica e Tecnológica (EMBRAPA e FIOCRUZ). Observamos, entretanto, que a expressão Militar brasileira em Moçambique carece de maior projeção.

O Brasil, por sua tradição diplomática fundamentada nos princípios da CF 1988, promove a inserção do diálogo e da solução pacífica para os conflitos; porém, sem abrir mão da interação mútua, na busca de um maior prestígio no arranjo das nações, e vem utilizando, para tal, do seu poder suave de influência.

Após a definição da importância estratégica do espaço marítimo meridional, da priorização da política para as relações exteriores com a África, e da forma como o Brasil pode obter ganhos mútuos nas cooperações bilaterais, valendo-se do seu *soft power*, nosso estudo analisou a cooperação naval com Moçambique na promoção de uma parceria estratégica na área de defesa, em contribuição ao alargamento da inserção brasileira no continente africano, em especial nos países de língua portuguesa.

Moçambique é um país de elevada importância estratégica devido a sua localização, próxima ao entorno marítimo meridional do sul da África.

O Canal de Moçambique é um dos corredores estratégicos para o tráfego marítimo mundial, porta de entrada para o Oceano Índico. Em função da sua localização e proximidade com a Rota do Cabo, assume naturalmente uma posição geoestratégica considerável.

Constatamos, entretanto, que o Canal de Moçambique, como ficou provado com o sequestro do pesqueiro VEGA 5, é permissível às ameaças, dado que o

Estado moçambicano ainda não possui capacitação de enfrentamento compatível ao que seria necessário.

Neste sentido, enquanto Estado ribeirinho, Moçambique tem necessidade de garantir a vigilância e o controle dos seus espaços marítimos, e de dispor de um mínimo de força que, no mar, se oponha, pela dissuasão, enquanto possível, a qualquer risco ou ameaça, em especial, a crescente organização da pirataria transnacional e da pesca ilegal.

Perante esta realidade, propomo-nos a apresentar uma proposta crível de cooperação naval, explorando o conceito de uma marinha com meios de duplo uso, focada em meios navais de reduzida sofisticação tecnológica, mas que podem, perfeitamente, garantir a jurisdição e a soberania do estado sobre os espaços marítimos moçambicanos. Incluímos nesta proposta a ideia de capacitação do pessoal, civil e militar, em organizações de ensino e de construção e manutenção de meios da MB, além de estágios para o aperfeiçoamento profissional operativo na Esquadra, conjugando, assim, a obtenção dos meios com a capacitação do pessoal.

Percebemos que as opções de cooperação são múltiplas e abrangentes. Uma cooperação da MB com a MGM representa mais um potencial catalisador para uma efetiva aproximação entre os dois países membros da CPLP, o que contribui, de alguma forma, para o fomento ao desenvolvimento de parcela das expressões componentes do Poder Nacional brasileiro, especialmente a militar e a econômica.

Atuando como agente dessa proposta, a MB promoverá, na expressão política, a manutenção da imagem positiva de cooperação e integração do Brasil entre os demais membros da CPLP. Simultaneamente, estimulará a projeção e a presença do Poder Nacional brasileiro na África, coadunando com sua diplomacia de inserção suave e colaborativa.

No campo comercial, a iniciativa da MB promoveria o fomento e o desenvolvimento da indústria brasileira de defesa, criando reais possibilidades para futuras obtenções de meios navais, por Moçambique ou por outras nações, construídos no Brasil, como por exemplo, a Corveta Classe "Barroso".

Finalizando, observamos que pela dissuasão e pela cooperação, utilizando a "sutileza do *soft power*", o Brasil fortaleceria, assim, a estreita vinculação entre sua política de defesa e sua política externa, historicamente voltada para a causa da paz, da integração e do desenvolvimento econômico, e, principalmente, para o convívio pacífico entre os povos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Guilherme Mattos. Reflexões sobre o *Soft Power*. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 203-238, jan./jun.2013.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **A Cooperação técnica do Brasil para Moçambique**. Brasília, DF: MRE, 2014. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Mocambique>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

ALMEIDA, Kívia de Souza. **A Comunidade dos países de língua portuguesa: os benefícios e as ações de natureza estratégica do Brasil sob o ponto de vista da teoria dos jogos**. 2003. 244 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2003.

ANGOLA e Moçambique vão ficar ligados por caminho-de-ferro. **Público, Portugal, 23 fev. 2014. Economia**. Disponível em: <<http://www.publico.pt/economia/noticia/angola-e-mocambique-vaio-ficar-ligados-por-caminhodeferro-1625876>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

AMORIM, Celso. A política de defesa de um país pacífico. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 7-15, jan./jun. 2012a.

\_\_\_\_\_. Democracia, política externa e política de defesa: rumo à conformação de uma “grande estratégia”. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 55, p. 7-16, jul./dez. 2012b.

\_\_\_\_\_. **Brasil e Moçambique, parceiros na defesa**. Instituto Superior de Estudos de Defesa. Maputo, Moçambique: Palestra do Ministro da Defesa. 20 mar. 2014. Disponível em: <[http://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/pronunciamentos/ministro/marco/brasil\\_moambique\\_parceiros\\_na\\_defesa.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/pronunciamentos/ministro/marco/brasil_moambique_parceiros_na_defesa.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2014.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>. Acesso em: 15 jun. 2014.

BRASIL. Diretoria do Patrimônio Histórico e de Documentação da Marinha. **Brasil: 60 anos de operações de paz**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2009.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **BRASIL 2022**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[http://www.sae.gov.br/site/wpcontent/uploads/PlanoBrasil2022\\_web.pdf](http://www.sae.gov.br/site/wpcontent/uploads/PlanoBrasil2022_web.pdf)> Acesso em: 07 jul. 2014.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 373, de 25 de setembro de 2013. Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17 de julho de 2012, na origem). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 set. 2013. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: < [http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/END-PND\\_Optimized.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf) >. Acesso em: 10 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/ultimas-noticias/3869-24072012-defesa-politica-estrategia-e-livro-branco-de-defesa-nacional-conheca-os-documentos-enviados-pela-presidenta-da-republica-a-apreciacao-do-congresso-nacional>>. Acesso em: 29 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012c. Disponível em: < <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf> >. Acesso em: 31 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Portaria **Normativa nº1967/MD de 20 de julho de 2012**. Aprova a Diretriz Ministerial nº 7/2012. Brasília, DF, 2012d. Disponível em: <[http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/portarias/1967\\_2012.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/portarias/1967_2012.pdf)>. Acesso em: 31 ago. 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/cplp>>. Acesso em: 20 jun. 2014

CARRILLO, Susana et al. **Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsaariana parceria Sul-Sul para o crescimento**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/120113\\_livroponteso breoatlanticopor2.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/120113_livroponteso breoatlanticopor2.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2014.

CASTRO, Therezinha de. **África: geohistória, geopolítica e relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1981.

CAU, Hilário Simões. **A construção do Estado em Moçambique e as relações com o Brasil**. 2011. 132 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

COHEN, Saul B. **Geography and Politics in a Divided World**. London: Methuenn, 1964.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**: com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005, Bissau/2006 e Lisboa/2007, 2007. Disponível em: [http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CCEG/Estatutos\\_CPLP\\_REVLIS-07-2.pdf](http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CCEG/Estatutos_CPLP_REVLIS-07-2.pdf). Acesso em: 20 jun. 2014.

DA SILVA, Maria Célia Barbosa Reis. Língua portuguesa: defesa e soberania. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 121-133, jul./dez. 2012.

DELCORE, Raoul. **Le Jeu des Grandes Puissances dans L'Océan Indien**. Paris: L'Harmattan, 1993.

DOMINGUES NETO, Manuel. Editorial. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 55, p. 5-6, jul./dez. 2012.

ELIA, Rui da Fonseca. As forças armadas a luz da constituição. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 128, n. 10/12, p. 27-42, out./dez. 2010.

EMBRAPA. **Apoio ao Sistema Inovação no Setor Agropecuário**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.cnpmf.embrapa.br/destaques/Mocambique.pdf>. Acesso em: 12 jul.2014.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Manual básico: elementos fundamentais**. Rio de Janeiro, 2014. v. 1.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Moçambique inicia operação de sua primeira fábrica de medicamentos**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/mo%C3%A7ambique-inicia-opera%C3%A7%C3%A3o-de-sua-primeira-f%C3%A1brica-de-medicamentos>>. Acesso em: 12 jul.2014.

GROVE, Eric. **The Future of Sea Power**. London: Rotledge, 1990.

JORGE, Nedilson. As Relações Diplomáticas Brasil-África. In: CONFERÊNCIA PARA O CURSO DE ALTOS ESTUDOS DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA, 2014, Rio de Janeiro. **Apresentação...** Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2014.

LEANDRO, Roberto Pacheco. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: espaço estratégico para afirmação do prestígio militar brasileiro**. Trabalho de conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2011.

LUIS, Camila Cristina Ribeiro. A estratégia naval brasileira no contexto da política exterior do Brasil. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 18, nº 1, p. 153-172, jan./jun. 2012.

MARTIN, A.R. Qual é o nosso bloco? O Brasil procura o seu lugar no mundo. In: SCARLATO, F.C. et al. (Org.). **Globalização e espaço latino-americano**. São Paulo: Hucitec; Anpur, 1993.

MAWAKDIYE, Alberto. Parcerias e jeitinho em terras africanas. **Revista Problemas Brasileiros**, São Paulo, n. 387, maio/jun. 2008.

MOUSSA, P. **Caliban naufrage: les relations nord-sud à la fin du XX siècle**. Paris: Faya rd, 1994.

NYE JR, Joseph S. **Soft Power: the means to success in world politics**. Cambridge, USA: Perseus Book Group, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Futuro do Poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

ORTOLLAND, Didier. **Atlas Geopolitique das Espaces Maritimes**. Paris: Editions TECHNIP, 2010.

PALMEIRA, José Antônio de Passos. O potencial de Timor Leste na geopolítica da CPLP. In: CONFERÊNCIA COMPREENDER TIMOR LESTE, 2009, Dili, Timor-Leste. p. 41-45. **Apresentação ...** Disponível em: <[www.tlstudies.org/pdfs/chp\\_07.pdf](http://www.tlstudies.org/pdfs/chp_07.pdf)>. Acesso em: 07 jul. 2014.

PAULO, Jorge Silva. **Duplo uso e pós-modernidade: uma reflexão**. Lisboa, 2011. Disponível em: <<http://jspmac62.home.sapo.pt/DuploUso.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

PEREIRA, Mauro Cesar Rodrigues. Valorizar a defesa nacional. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 128, n. 10/12, p. 23-26, out./dez. 2010.

SIMANGO, Samuel Obedias Ernesto. **O exercício do poder público em espaços de soberania e jurisdição marítima: um potencial estratégico para o desenvolvimento da economia moçambicana**. 2013. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política, Governança e Relações Internacionais) - Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2013.

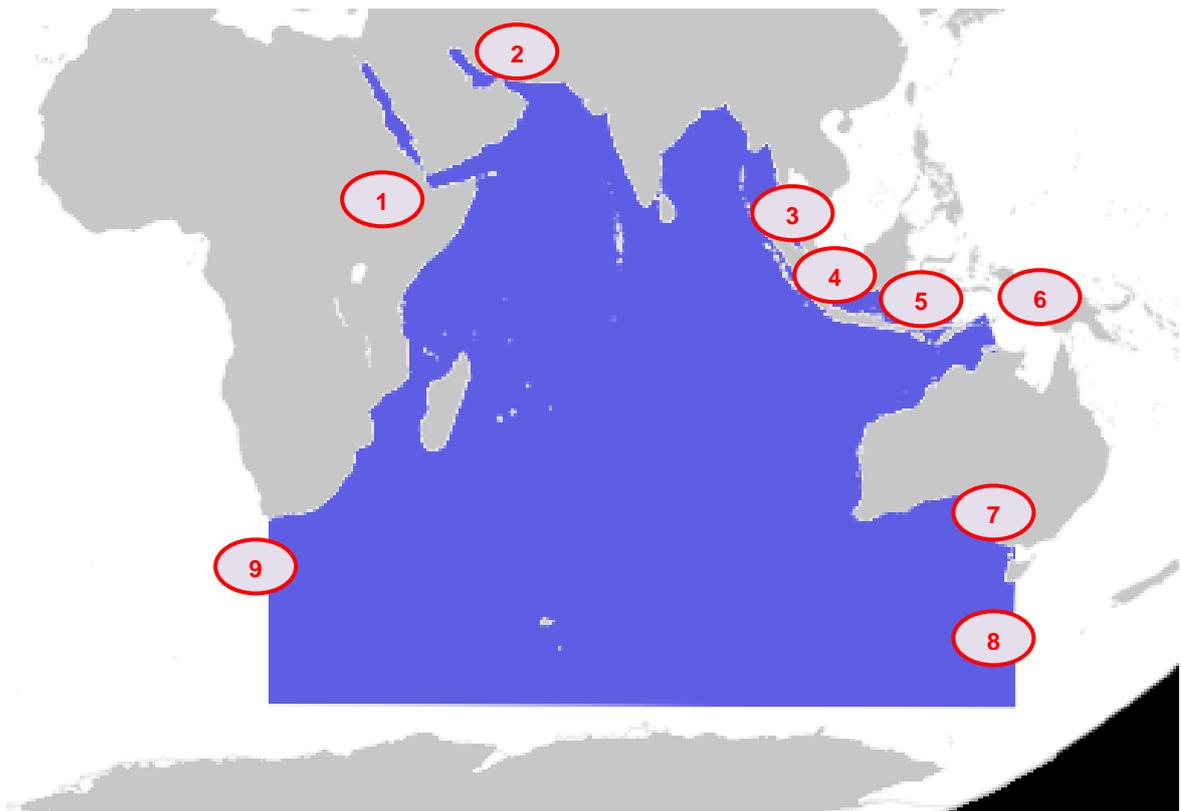
TIVANE, Victor. A corrida ao carvão. **Revista Capital**. Maputo, jul.2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A projeção internacional do Brasil: 1930 a 2012: diplomacia segurança e inserção na economia mundial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

## ANEXO A – OCEANO ÍNDICO

Figura 1: Acessos marítimos ao Oceano Índico.



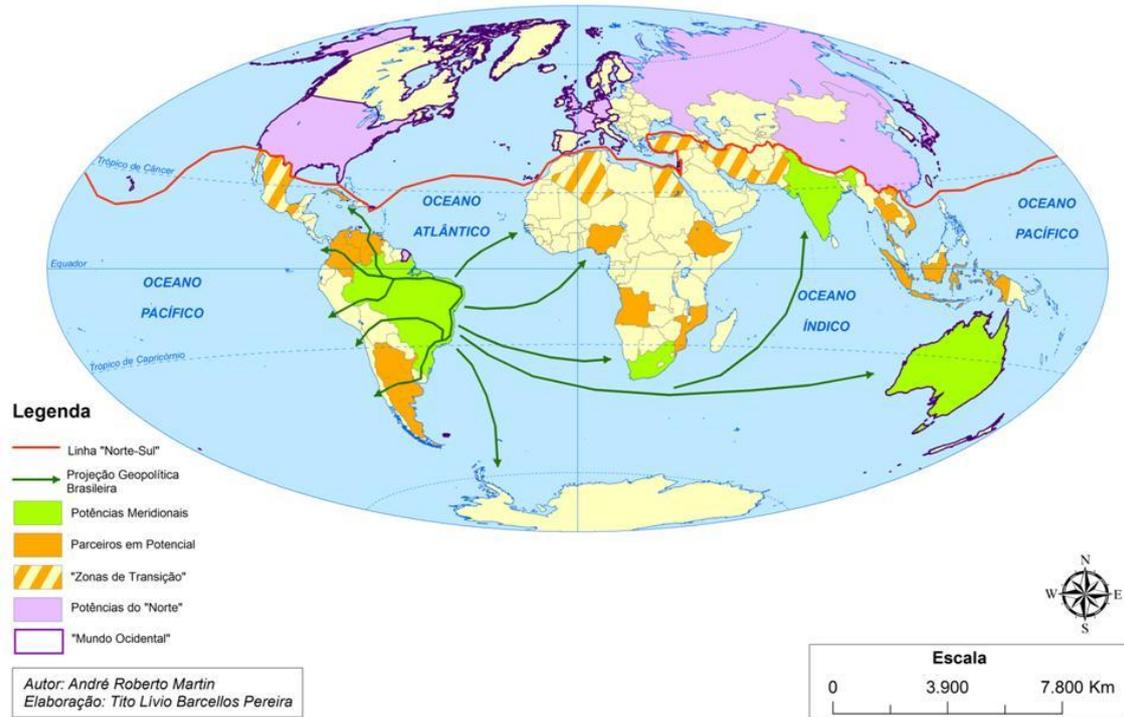
Fonte: Mapa adaptado do Oceano Índico. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Oceano\\_%C3%8Dndico#mediaviewer/File:800px-LocationIndianOcean.png](http://pt.wikipedia.org/wiki/Oceano_%C3%8Dndico#mediaviewer/File:800px-LocationIndianOcean.png). Acesso em: 05 ago. 2014.

### LEGENDA:

- 1- Estreito de Bab-el-Mandeb, no Mar Vermelho;
- 2- Estreito de Ormuz, no Golfo Pérsico;
- 3- Estreito de Málaca, entre a Indonésia e a Malásia;
- 4- Estreito de Sunda, entre as ilhas Sumatra e Java;
- 5- Estreito de Lombok, entre as ilhas de Bali e Lombok;
- 6- Estreito de Torres, entre a Austrália e a Nova Guiné;
- 7- Estreito de Bass, entre a Tasmânia e a Austrália;
- 8- Mar da Tasmânia, ao sul da Austrália; e
- 9- Rota de Cabo.

## ANEXO B – MERIDIONALISMO

Figura 2: Espaço Marítimo do Meridionalismo.



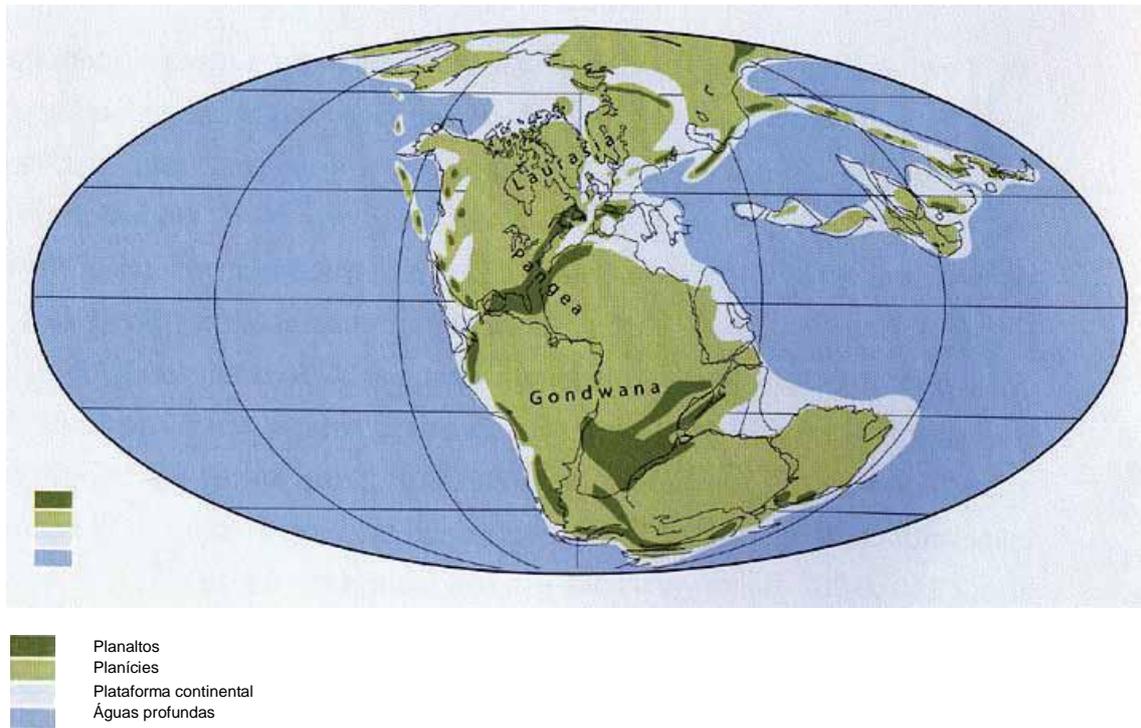
Autor: MARTIN, 1993.

Fonte: Disponível em: <[http://photos-h.ak.fbcdn.net/hphotos-ak-xap1/t1.0-0/c0.11.180.106/10346656\\_527246194047500\\_8326957871505199511\\_a.jpg](http://photos-h.ak.fbcdn.net/hphotos-ak-xap1/t1.0-0/c0.11.180.106/10346656_527246194047500_8326957871505199511_a.jpg)>.

Acesso em: 16 jul.2014.

## ANEXO C - GONDWANA

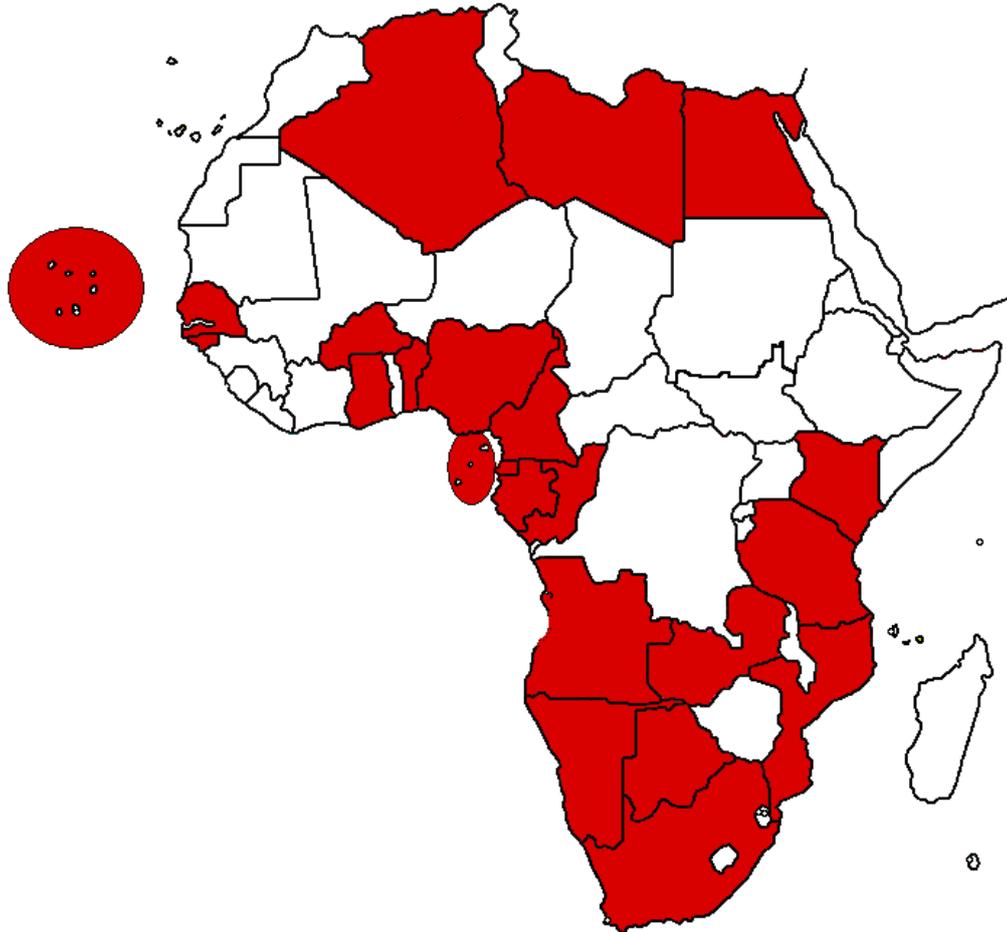
Figura 3: Gondwana: África e Brasil, uma única massa continental.



Fonte: Natural Resources Canada 2007.  
Autor: CARRILLO, 2011.

## ANEXO D – POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ÁFRICA

FIGURA 4: Países africanos visitados pelo ex-presidente Lula (2002-2010).



**Total de países: 23**  
**Total de visitas: 28**

Fonte: DEAF.  
Autor: JORGE, 2014.

Figura 5: Países africanos visitados pela presidente Dilma Rousseff (2011-2013).

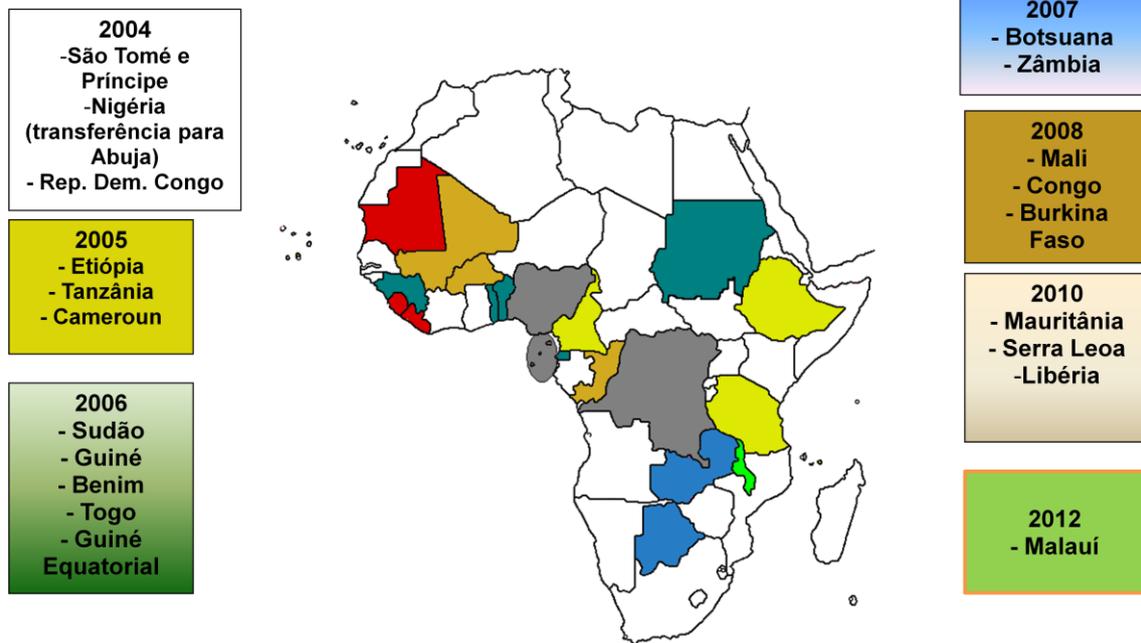


**Total de visitas: 07**

Fonte: DEAF.

Autor: JORGE, 2014.

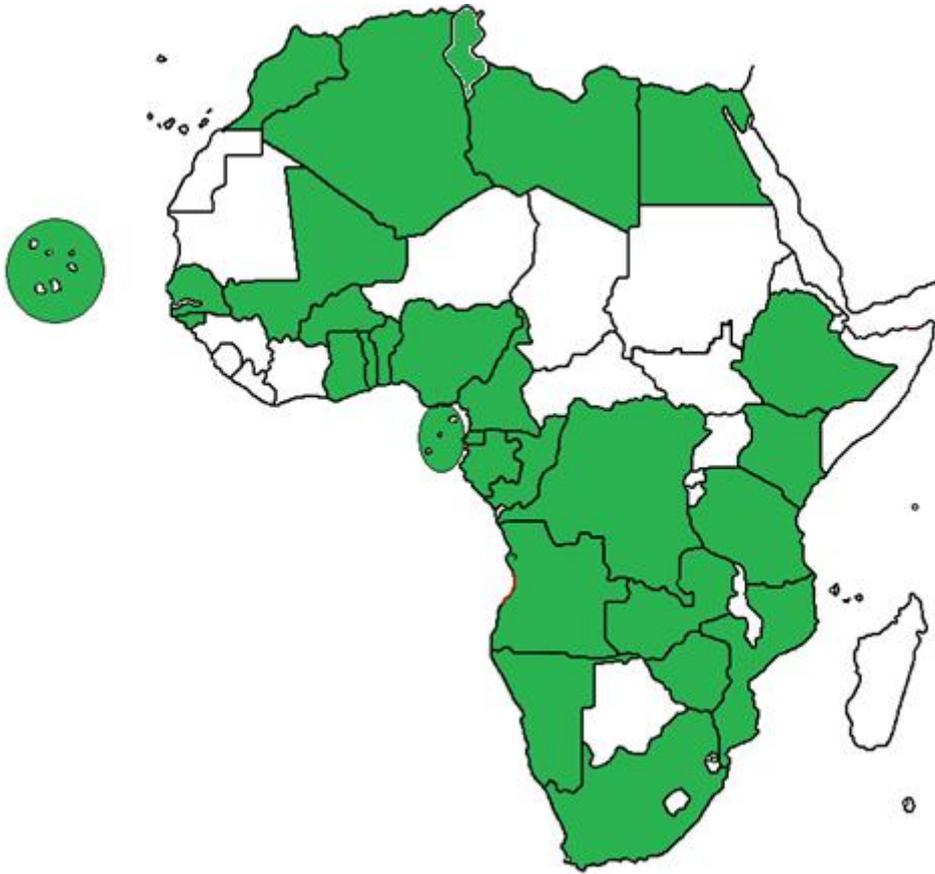
FIGURA 6: Embaixadas brasileiras oficialmente abertas ou reativadas na África (2003-2013).



Fonte: DEAF.  
Autor: JORGE, 2014.



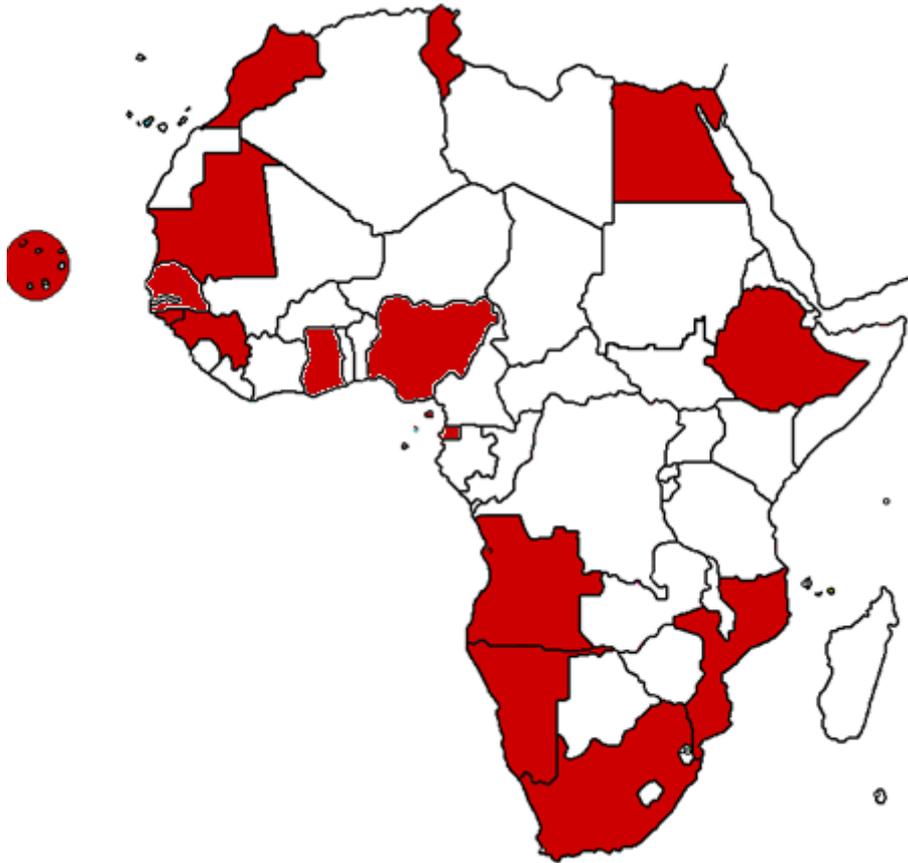
Figura 8: Países africanos visitados pelo ex-Chanceler Celso Amorim (2002-2010).



**Total de países: 33**  
**Total de visitas: 69**

Fonte: DEAF.  
Autor: JORGE, 2014.

Figura 9: Países africanos visitados pelo Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota (2011-2013).



**Total de visitas: 17**

Fonte: DEAF.  
Autor: JORGE, 2014.

## ANEXO E – O ENTORNO ESTRATÉGICO (PND)

Figura 10: O Entorno Estratégico brasileiro.

### O Entorno Estratégico Brasileiro - Política Nacional de Defesa (2012)



Autor: CMG (RM1) Leonardo Mattos.  
 Fonte: EGN, 2014.

## ANEXO F – COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

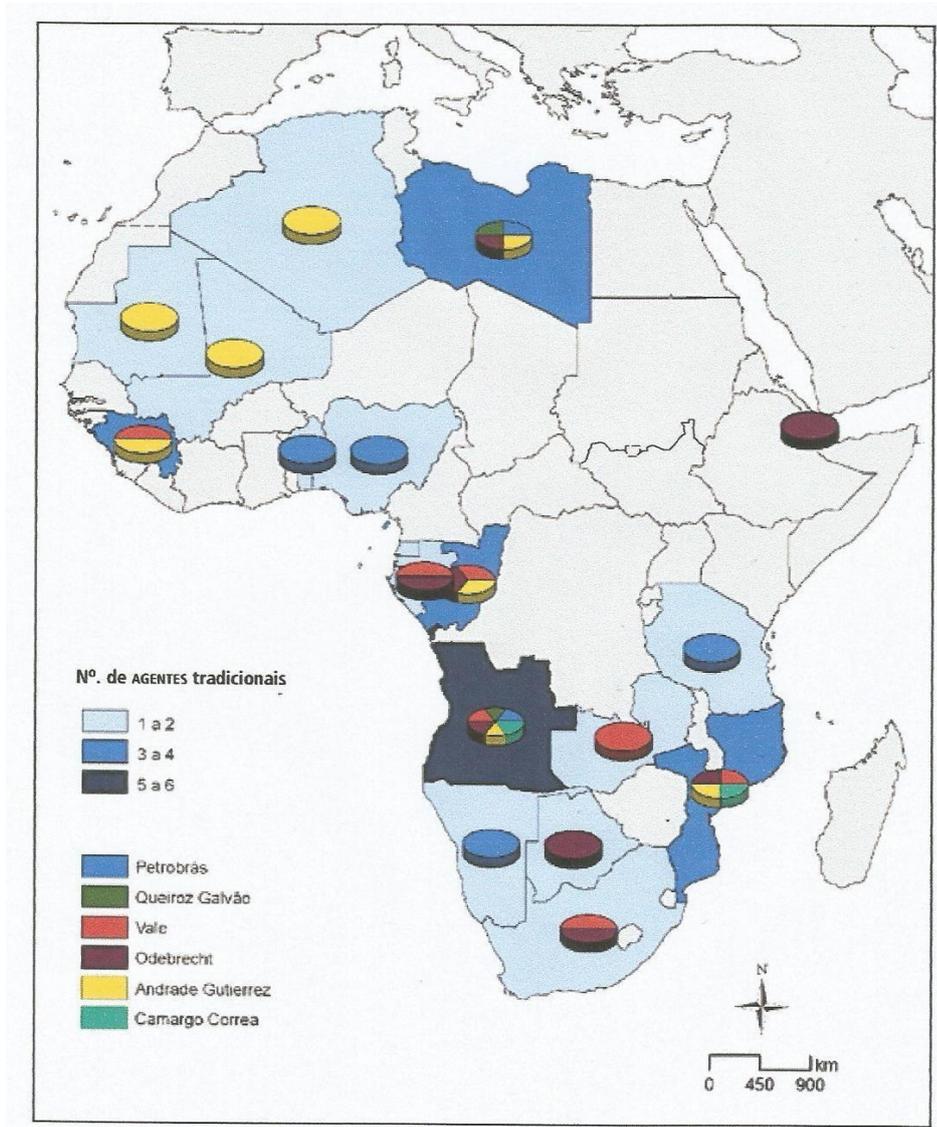
Figura 11: Espaço Marítimo da CPLP.



FONTE: DEAF.  
AUTOR: JORGE, 2014.

## ANEXO G – EMPRESAS BRASILEIRAS NA ÁFRICA

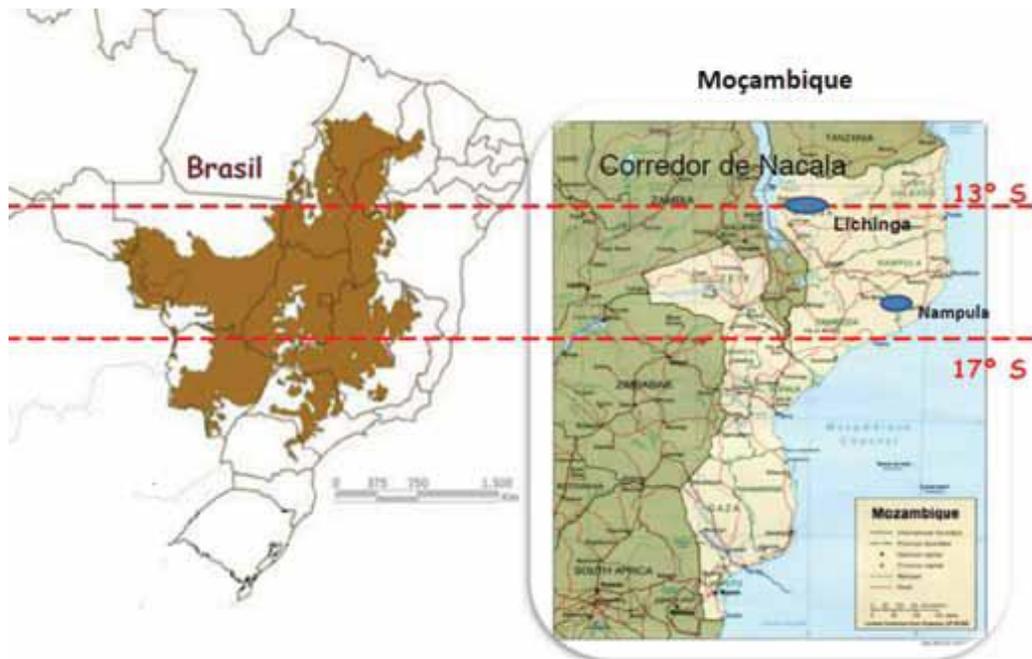
Figura 12: Presença da Expressão Econômica em Moçambique.



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).  
 Autor: CARRILO, 2011, p. 6.

## ANEXO H – MAPA COMPARATIVO DE BIOMAS ENTRE O BRASIL E MOÇAMBIQUE

Figura 13: Similaridade de biomas do Brasil com Moçambique.



Fonte: EMBRAPA.  
Autor: CARRILLO, 2011.



## ANEXO J – MAPA DE FERROVIAS E PORTOS DE MOÇAMBIQUE

Figura 15: Sistema Ferro-portuário de Moçambique



Fonte: SADC.  
 Autor: SIMANGO, 2013.

## **ANEXO K- COOPERAÇÃO ABC-MRE COM MOÇAMBIQUE**

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que integra a estrutura do Ministério das Relações Exteriores (MRE), tem como atribuição negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais.

A cooperação técnica com Moçambique está amparada pelo Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em 15 de setembro de 1981 e promulgado em 09 de junho de 1984.

Ao final de 2011, o programa bilateral de cooperação técnica Brasil-Moçambique era composto por 21 (vinte e um) projetos em execução, 09 (nove) em processo de negociação.

Foram assinados, em 2011, seis novos projetos: "Modernização da Previdência Social de Moçambique"; "Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados"; "Implantação de Banco de Leite Humano e de Centro de Lactação em Moçambique"; "Apoio a Implantação do Centro de Tele-saúde, da Biblioteca, e do Programa de Ensino a Distância em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente de Moçambique"; "Capacitação e Transferência Metodológica para o Programa Mais Alimentos África em Moçambique"; e "Implantação de Bancos Comunitários de Sementes e Capacitação par o resgate, multiplicação, armazenamento e uso de sementes tradicionais / crioulas em áreas de agricultura familiar em Moçambique e África do Sul".

Os recursos financeiros alocados à cooperação com Moçambique representavam, no final de 2011, no âmbito da cooperação bilateral a importância de US\$ 22.157.013,00 e no plano trilateral mais US\$ 9.843.770,00, totalizando US\$ 32.000.783,00.

Em visita a Moçambique em outubro de 2011, a presidente do Brasil declarou haver importantes realizações na cooperação com Moçambique diante dos resultados alcançados pelos mais de quarenta projetos em curso em áreas como agricultura, educação, ciência e tecnologia, saúde e formação profissional.

Na ocasião a Presidenta destacou o projeto ProSAVANA, como um dos mais importantes componentes da pauta de cooperação dos dois países, pelo seu alcance, amplitude e por ter como meta central a questão prioritária que é a da erradicação da fome. O projeto tem por objetivo o fortalecimento da agricultura de Moçambique e procura responder aos problemas das comunidades rurais e de populações que dependem da terra para sua subsistência e se encontram em situação de insegurança alimentar.

A Presidenta manifestou, também, satisfação com o início das atividades da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique. O projeto, que já conta com três pólos que beneficiam mais de 600 estudantes, deverá beneficiar mais de 7000 alunos, quando, em 2014, todos os pólos estiverem em funcionamento. A importância da capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento de Moçambique foi reafirmada com a disposição para conclusão rápida e inauguração do Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique, parceria da ABC com o SENAI.

Entre as diversas iniciativas de cooperação brasileira com o país, destacam-se os projetos na área de segurança alimentar, alimentação escolar, combate ao vírus do HIV e fortalecimento do Poder Judiciário.

Fonte: ABC, 2014.

Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Mocambique>>.

Acesso em: 24 ago. 2014.